

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
Campus de Ciências Socioeconômicas e Humanas
Programa de Pós-Graduação Ciências Sociais e Humanidades
“Território e Expressões Culturais no Cerrado”

LORENA SANTANA RIBEIRO

AFETO E PERMANÊNCIA: O louvor a São João Batista na comunidade da Rua do Capim na
Cidade de Goiás

ANÁPOLIS

2020

LORENA SANTANA RIBEIRO

AFETO E PERMANÊNCIA: O louvor a São João Batista na comunidade da Rua do Capim na
Cidade de Goiás

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER), do Campus Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas da Universidade Estadual de Goiás (UEG), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais e Humanidades, na linha de pesquisa Saberes e Expressões Culturais do Cerrado.

Orientador: Prof. Dra. Mary Anne Vieira Silva

ANÁPOLIS

2020

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL (BDTD)

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Estadual de Goiás a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UEG), regulamentada pela Resolução, **CsA n.1087/2019** sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

Estando ciente que o conteúdo disponibilizado é de inteira responsabilidade do autor / autora.

Dados do autor (a)

Nome Completo Josiana Santana Ribeiro

E-mail josiana.santana@ueg.br

Dados do trabalho

Título Afeto e Reconhecimento: o lar em São João Batista na comunidade do Iva do Capim na cidade de Goiás

Dissertação

Curso/Programa Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado

Concorda com a liberação documento?

SIM

NÃO

Obs: Período de embargo é de um ano a partir da data de defesa

Anápolis 26/10/20
Local Data

Josiana Santana Ribeiro
Assinatura do autor / autora

Mary Anne Vieira Silva
Assinatura do orientador / orientadora

Ficha catalográfica

R484a

Ribeiro, Lorena Santana.

Afeto e permanência [manuscrito] : o louvor a São João Batista na comunidade da Rua do Capim na Cidade de Goiás / Lorena Santana Ribeiro – 2020.

85 f. : il.

Orientadora : Prof. Dra. Mary Anne Vieira Silva
Dissertação (Mestrado em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado). Universidade Estadual de Goiás, Unidade Universitária Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas, Anápolis, 2020.

Inclui bibliografia.

1. Cultura popular – Goiás(Estado). 2. Festas religiosas – Goiás(Estado). 3. São João Batista – Louvor e sensibilidades - Goiás(Estado). 4. Dissertações –TECCER - UEG/UnuCSEH. I.Silva, Mary Anne Vieira. II.Título.

CDU : 398.33(817.3)(043)

Elaborada por Aparecida Marta de Jesus Fernandes
Bibliotecária/UEG/UnuCSEH
CRB1/2385

LORENA SANTANA RIBEIRO

AFETO E PERMANÊNCIA: o louvor a São João Batista na comunidade da Rua do Capim na Cidade de Goiás

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER), do Campus Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas da Universidade Estadual de Goiás (UEG), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais e Humanidades, na linha de pesquisa Saberes e Expressões Culturais do Cerrado.

Orientadora: Profa. Dra. Mary Anne Vieira Silva

Banca examinadora

Profa. Dra. Mary Anne Vieira Silva
Presidente/UEG – TECCER

Profa. Dra. Maria Idelma Vieira D'Abadia
Membro Interno/UEG-TECCER

Prof. Dr. Jean Carlos Vieira Santos
Membro Interno/UEG-TECCER

Prof. Dr. João Guilherme da Trindade Curado
Membro Externo/ SEDUC – Goiás

Prof. Dr. André Luiz de Souza Figueira
Membro Externo/ UFPA

Anápolis, ____/____/____

Dedico este trabalho a minha mãe
Maria Santana Ribeiro pelo apoio e amor
incondicional em todos os momentos de
minha vida.

AGRADECIMENTOS

No decorrer dessa pesquisa me deparei com a seguinte frase de um autor desconhecido: “Crie ânimo. Tenha ânimo. O ânimo é a fonte de uma vida feliz”. Essa frase me inspirou a continuar. E no embaraço desse percurso muitas pessoas foram fundamentais para que meu ânimo revivesse. Agradeço...

À minha mãe Maria Santana que nunca mediu esforços em apoiar minhas decisões acadêmicas e de vida. À senhora minha eterna gratidão por tudo!

Ao meu irmão Diogo Santana e minha cunhada Lidiane Uchôa pelo apoio familiar.

Ao Miguel, meu amado sobrinho e afilhado, por entender que a Dinda estava estudando em vários momentos que bateu à minha porta do quarto querendo brincar. A Dinda ama você!

À minha orientadora e conselheira Professora Dra. Mary Anne Viera Silva pelo pontapé dessa pesquisa, pelas orientações e conselhos em vários momentos, agradeço por nunca ter soltado a minha mão e por ter me dito em vários momentos “estamos juntas”. Muito obrigada por tudo!

À Professora Dra. Maria Idelma Vieira D’Abadia pelas orientações, pelas inúmeras leituras que me proporcionou, pelo incentivo em sempre continuar. Gratidão!

Ao Professor avaliador Dr. João Guilherme da Trindade Curado, minha admiração por todo conhecimento e muito obrigada pelo aceite, pelas leituras e contribuições que trouxe à pesquisa.

Aos colegas Nélia Finotti e Alexandre Francisco que durante esse processo se tornaram grandes amigos e apoiadores. Obrigada pelas contribuições e pelas horas de desabafos.

Aos grandes amigos Marcos Rodrigues, Juliana Bianchi e Manuela Trigueiro que por muitos momentos entenderam a minha ausência e sempre me incentivaram a continuar. A vocês uma gratidão enorme pelo amor incondicional.

À Elaine Maciel que diariamente me alegra a vida. Obrigada por todo apoio e amor!

Minha gratidão à Universidade Estadual de Goiás por proporcionar o conhecimento e o meu crescimento acadêmico.

E por último, não menos importante, e sim a mais preciosa gratidão à comunidade da Rua do Capim. Em especial à Sinara Sá, Marcelinha, Nayara, Undiara, Humberto e Giulio. Muito obrigada por me abrirem as portas da Rua e por todas as contribuições necessárias desta pesquisa. A vocês minha admiração!

RESUMO

O objetivo desse estudo propõe-se compreender, a partir da participação dos moradores da Rua do Capim, os significados culturais e sua relação de identidade com a festa junina Arraiá do Capim. A festa é realizada há mais de setenta anos pela comunidade da rua, espaço esse localizado no bairro Carmo na cidade de Goiás. Intenciona-se verificar a dimensão de lazer experimentado e proporcionado para os que organizam e/ou participam da festa, assim como investigar se há uma permanência afetiva por parte de seus fazedores, visto que é uma festa tradicional, mas pouco conhecida e tampouco estudada. A escolha da cidade e da festa não se deu de forma casual, e sim por uma escolha pessoal, visto que a pesquisadora/autora é frequentadora assídua da cidade e visitante da festa. A festa junina “Arraiá do Capim” acontece no mês de junho, festa que homenageia São João Batista, santo protetor da comunidade. Na pesquisa, percebe-se que além de ser uma festa religiosa, é também um momento de descontração para os seus protagonistas e para os expectadores.

Palavras chaves: cultura junina, tradição, cultura, sensibilidades.

ABSTRACT

The objective of this study is to understand, from the participation of the residents of Rua do Capim, the cultural meanings and their relationship of identity with the Arraiá do Capim June party. The party has been held for over seventy years by the community of the street, a space located in the Carmo neighborhood in the city of Goiás. It is intended to verify the leisure dimension experienced and provided for those who organize and/or participate in the party, as well as to investigate if there is an affective permanence on the part of its makers, since it is a traditional party, but little known and not studied either. The choice of the city and the party was not a casual one, but a personal one, since the researcher/author is a regular visitor to the city and a visitor to the party. The June party "Arraiá do Capim" takes place in the month of June, a party that honors St. John the Baptist, saint protector of the community. In the research, it is realized that besides being a religious feast, it is also a moment of relaxation for its protagonists and for the spectators.

Keywords: June culture, tradition, culture, sensibilities.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 01: Mapa de Vila Boa – 1782.....	23
Ilustração 02: Mapa da Evolução urbana De Goiás.....	42
Ilustração 03: Largo da Rua do Capim.....	43
Ilustração 04: Vista aérea Bairro do Carmo.....	44
Ilustração 05: Vista geral da Rua do Capim.....	45
Ilustração 06: Largo da Rua do Capim (vista parcial).....	46
Ilustração 07: Conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade de Goiás.	47
Ilustração 08: Busto Joaquim Paulo da Conceição.....	50
Ilustração 09: Comunidade envolvida na decoração da festa do Capim	55
Ilustração 10: Praça do Capim, enfeitada para o festejo	56
Ilustração 11: Cartaz da 71º Festa do Arraia do Capim.....	64
Ilustração 12: Cartaz da 73º novena e festa.....	65
Ilustração 13: Cartaz da festa 73º.....	65
Ilustração 14: Altar – Casa da Festeira 2019.....	69
Ilustração 15: Altar e Momento da reza/Casa da Festeira do ano 2019	70
Ilustração 16: Preparo da Farofa para os Capitães do Mato	75
Ilustração 17: Café da Manhã 73º Festa.....	79
Ilustração 18: Café da Manhã 73º Festa.....	79

LISTA DE QUADROS

Quadro -01 - Festas Religiosas na cidade de Goiás.	34
--	-----------

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I - REPRESENTAÇÕES CULTURAIS DAS FESTAS TRADICIONAIS DA CIDADE DE GOIÁS	17
VILA BOA – CONTEXTO HISTÓRICO	20
A IMPORTÂNCIA DA CULTURA POPULAR NO CENÁRIO DA CIDADE	29
FESTAS RELIGIOSAS NO CONTEXTO DA CIDADE DE GOIÁS	33
SEMANA SANTA	35
CAPÍTULO II - RUA DO CAPIM: LUGAR DE IDENTIDADES, AFETOS E PERSISTÊNCIAS	41
A RUA COMO LUGAR DE IDENTIDADES E AFETOS	41
REDE DE SOCIABILIDADE E PERTENCIMENTO DO ESPAÇO.....	51
CAPÍTULO III - LOUVOR A SÃO JOÃO BATISTA	62
AS NOVENAS E O LEITE DE ONÇA.....	68
O MASTRO, A FAROFA E A PINGA	74
A QUADRILHA, A PIPOCA, CACHORRO-QUENTE E O DOCE.....	76
O CAFÉ DA MANHÃ NO ALVORECER DA PRAÇA DO CAPIM.....	78
CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
REFERÊNCIAS	85

INTRODUÇÃO

A cidade de Goiás é conhecida pelos vários movimentos culturais que acontecem no município, porém a Festa São João Batista, Arraiá do Capim, não faz parte do calendário oficial e tampouco é divulgada nos meios de comunicação em esferas municipal e estadual. Na cidade se realiza oficialmente, com grande divulgação, os seguintes eventos: o Carnaval, a Procissão do Fogaréu (Semana Santa) e o Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental (FICA). Assim, primamos por discutir e analisar a Festa Junina Arraiá do Capim na cidade de Goiás entre os anos de 1946 a 2019, buscando uma visão geral, desde o surgimento aos dias atuais, não chegando ao ano atual em virtude da pandemia e do necessário isolamento social.

Dentre outros propósitos, o problema principal a nortear a pesquisa visa compreender a festa de São João, a partir das identidades vilaboenses e das práticas festivas e de lazer presentes na organização do evento. Para tanto, faz-se necessário perceber o contexto histórico da antiga capital, desde o surgimento com a mineração até o presente, tendo ainda por iniciativa pesquisar as manifestações culturais locais e abordar algumas das manifestações ligadas às festas religiosas, de tradição católica. Dentre os demais objetivos, destacamos: perceber a Rua do Capim como lugar de identidades, afetos e permanências, já que é um logradouro sem muita visibilidade no contexto das demais vias que aglutinam monumentos destinados às identidades dos vilaboense e ainda abordar aspectos da festa em louvor a São João Batista realizada pela comunidade da Rua do Capim, desde a década de 1940, a cada mês de junho.

As disciplinas cursadas foram de muita importância para o desenvolvimento da dissertação, pois as contribuições acabaram por colaborar para a delimitação do tema. Em “Políticas Territoriais em área do Cerrado” percebemos que a política de transferência da capital para Goiânia, mesmo que no plano político e econômico, não tenham sido positivas, culturalmente serviu para fortalecer as ações culturais. Data da mesma década da transferência oficial, com o “Batismo Cultural” o surgimento da festa de São João, o que indica que dinâmicas urbanas permaneceram inclusive no aspecto cultural. Foi o que também discutimos em “O Cerrado na produção historiográfica”, e que possibilitou o embasamento para a elaboração do primeiro capítulo. Já que nesta disciplina o acesso a vários âmbitos

territoriais do Cerrado foram abordados como, por exemplo, como se realiza de forma objetiva ao mesmo tempo sensível as escritas sobre as atividades econômicas deste território, a história sobre a cultura material do Cerrado e onde recebemos aporte bibliográfico para compreender os novos direcionamentos possíveis sobre a produção e escrita neste campo.

Outras disciplinas cursadas: “Literatura, arte e audiovisual no Cerrado” e “Cerrado, ambiente e cultura” delinearam a proposta de investigação da festa de São João Batista realizada pela comunidade da Rua do Capim, pois apontaram várias possibilidades para a pesquisa, compreensão, entendimento das festas em Goiás e como são percebidas na literatura, tendo Goiás a figura de Cora Coralina, nas artes com pintoras como Goiandira do Couto e no cinema com interação com o Festivas de Cinema Ambiental (FICA), que denota a preocupação e interação do vilaboense entre cultura e ambiente.

O Seminário de Pesquisa, disciplina obrigatória, também muito contribuiu para a estruturação do projeto e ainda quanto à definição dos procedimentos de investigação empregados na pesquisa, já que foram discutidas opções metodológicas para futuros trabalhos e apresentadas opções para coleta de dados e formulação de instrumentos de análise. Seguindo as orientações desta disciplina, optou-se na presente pesquisa, inicialmente consultas bibliográficas e historiográficas, direcionadas para pesquisadores que atuam nos seguintes campos: do imaginário como Baczko (1995) e Bourdieu (1995 e 1998), dentre outros que abordaremos ao longo do texto, na perspectiva de melhor compreensão da festa de São João Batista na cidade de Goiás. A memória também é um importante conceito a ser desenvolvido ao longo do texto, devido ao caráter inédito da pesquisa, sendo referenciais importantes para as reflexões, dentre outros, Bosi (1994) e Halbwachs (1968).

Em seguida partimos para a história regional, essencial para a compreensão das identidades desenvolvidas no lugar ao longo do tempo, recorreremos, principalmente, a Palacín (1982), Bertran (1997), Chaul (2010) e Gomide (2003), assim como consultas a documentos da época, no intuito de localizar a Rua do Capim no contexto local das festividades.

A cidade de Goiás com toda a sua diversidade cultural será abordada a partir das manifestações culturais que proporcionam compreensões sobre as identidades, afetos e persistências, por meio da urbanização local, tendo por suporte as

pesquisas de Coelho (1996 e 1997) e Drogomireck (2009). Aqui, faz-se necessário uma abordagem macro no que se refere ao espaço a ser analisado, a rua, para tanto duas obras antropológicas e clássicas quanto ao tema: “Carnavais, malandros e heróis” e “A casa & a rua” ambos de Roberto DaMatta (1997) e que possibilitaram várias interpretações e metodologias de análise do logradouro Rua do Capim, lugar que realização da Festa de São João na cidade de Goiás.

Dois conceitos fundantes da pesquisa são festas e patrimônio. Sobre a compreensão que temos sobre festas é preciso dizer que partem, especialmente, dos estudos de Almeida (2018), Amaral (1998), Brandão (2015), Duvignaud (1983) e Ribeiro Júnior (1982). A percepção sobre o patrimônio, vilaboense, recai sobre as obras de Carneiro (2005), Delgado (2003), Meireles (2014), Moraes (2012), Souza (2007) e Tamaso (2007 e 2011), que abordam diversidades culturais patrimoniais da cidade de Goiás, sem, no entanto, abordarem a Festa de São João, o que traz a contribuição de nossa pesquisa, ampliando e trazendo à luz uma manifestação que perdura por mais de sete décadas.

Por ser uma comunidade com predominância negra¹ a que habita a Rua do Capim, recorreremos a dois estudos sobre a presença negra na antiga Vila Boa de Goiás, com Silva (1998) que estudou os Quilombos no Brasil Central e Souza (2001) que estudou outra organização dos negros, na cidade de Goiás, por meio das Irmandades católicas de negros, porém assim como atesta a nota que acompanha este parágrafo, o tema será apenas contextualizado dentro da temática da festa, mas sem a pretensão de trazer, para esta escrita, a completa riqueza histórica da presença negra na região, por estar compreendido em orientações prévias que seria necessário debruçar-se em mais autores e em um campo mais abrangente de estudo.

Além da pesquisa bibliográfica, mencionada parcialmente acima, promovemos pesquisa iconográfica em que mapas antigos foram consultados na intenção de localizar temporalmente o surgimento da Rua do Capim. Imagens de Google Earth² atuais foram utilizadas para perceber o logradouro no contexto da

¹ A comunidade é composta dentro de um questão ético racial negra , porém o debate não será abordado nos termos raciais mais complexos ou como conceito, pois a pesquisadora entende que é uma temática que exige uma dedicação exclusiva para abarcar a riqueza da história negra da região, o que neste momento da pesquisa por escolha teórica e no sentido de atender as demais discussões levantadas, não será utilizada.

² “um programa de computador desenvolvido e distribuído pela empresa estadunidense da plataforma de buscas da internet, Google, cuja função é apresentar um modelo tridimensional do globo terrestre, construído

cidade de Goiás, e ainda fotografias produzidas durante trabalhos de campo e também durante as festividades, sendo algumas da autora e outras disponibilizadas de acervos da comunidade, além dos cartazes de divulgação da Festa de São João, produzido a cada ano, para divulgação da festa que foram fotografados e alguns deles inseridos no último capítulo.

Outras metodologias de pesquisa foram: trabalho de campo em momentos comuns e por ocasião da festa, o que possibilitou a percepção do espaço e das ações da comunidade, inclusive durante a preparação e da festa em si. As anotações, registros estão subsidiando o texto dos capítulos. A abordagem da festa de São João por meio de oralidades³ teve por referencial Barros (2004). Ainda recorreu-se a entrevistas com integrantes da comunidade das quais emergiram informações essenciais ligadas às identidades, afetos e resistências, presentes, em especial nos dois últimos capítulos.

Como escolha para escrita do trabalho, os entrevistados não serão identificados por seus nomes pessoais, mas sim com indicações de letras do alfabeto, visto que é um relato com pessoas que ainda vivem nesta mesma comunidade e ainda participam efetivamente do passo a passo da festa. Esta escolha se apoia nas orientações de Manzini (2006), cujo estudo sobre transcrições de entrevistas, explica que a personificação de um entrevistado, é passível de discussão frente as falas apresentadas pelos diversos interlocutores, podendo o pesquisador optar por identificações que não exponham o nome dos entrevistados. Apesar de não haver nenhuma fala que comprometa particularmente esta ou outra atuação entre eles, não é intenção desta pesquisa personificá-los, mas sim tratar da comunidade como um todo durante os afazeres e preparação do festejo.

Para alcançar os objetivos e desenvolver o problema da pesquisa, mencionados anteriormente, recorreremos a uma diversidade de fontes e metodologias, pois o universo festivo é amplo e ilimitado na perspectiva de análise, o que se adequa muito bem à proposta interdisciplinar do Programa, possibilitando mapear e fundamentar uma escrita pautada na visão histórica e ainda simbólica a respeito da festa e da rua, promovendo interações diversas com as identidades,

a partir de mosaico de imagens de satélite obtidas de fontes diversas, imagens aéreas e GIS 3D” (definição do próprio sistema operacional disponível no site da empresa <https://www.google.com.br/intl/pt-BR/earth/>

³ “a oralidade como fonte de pesquisa vem ganhando força, principalmente, entre os que a aceitam como expressão de realidades vividas por pessoas, ou grupos de pessoas de diferentes culturas e, particularmente pelos grupos que não detêm a sua história registrada pelos meios oficiais.” (ROMPATTO, 2010 p.342)

afetos e permanências, junto ao patrimônio constituído ao longo do tempo pela comunidade da Rua Capim.

As leituras prévias das obras em estudo, algumas delas acima mencionadas, promoveram no campo da pesquisa mapear, analisar e interpretar a escrita histórica a respeito da “Rua do Capim” e do patrimônio imaterial promovido por sua festa de São João, objeto da presente dissertação que se divide em três capítulos.

No primeiro, *Representações Culturais das Festas Tradicionais da cidade de Goiás* enfatizaremos a construção do contexto histórico em que se insere a cidade de Goiás, antiga Vila Boa, da sua ocupação nos períodos auríferos até o momento do recebimento do título de Patrimônio da Humanidade. Abordamos, não de forma densa, como se deu a transferência da capital do estado para Goiânia na década de 1930 e como isso refletiu nos cidadãos vilaboenses. Fez-se necessário uma visão geral das festas religiosas na cidade de Goiás, em especial a Semana Santa, por se tratar de uma festa religiosa e por ser a maior expressão cultural da cidade, a que mais atrai público e turistas. Este aporte foi feito no intuito de trazer uma reflexão sobre este momento festivo da cidade e comparar as questões de divulgação, envolvimento do público participante, sendo ele tanto a comunidade quanto as autoridades públicas, porém como ressaltado sem aprofundar os detalhes do feio destas festas.

No segundo capítulo *Rua do Capim: lugar de identidades, afeto e permanência*, trataremos as possibilidades inter-relacionadas da festa junina “Louvor a São João Batista – Arraiá do Capim” na cidade de Goiás. Propomos verificar a dimensão da religiosidade experimentada e proporcionada para os que organizam e/ou participam da festa, sua tradição, sua relação de lazer. Suas representações culturais vivenciadas pelo coletivo e a festa como sociabilidade de uma comunidade na constituição de suas identidades.

E por último, no terceiro capítulo, *Louvor a São João Batista*, discutiremos sobre o passo a passo da festa que culmina com o momento em que a comunidade se reúne para realizar o último dia do festejo, o mais intenso. Começamos com as novenas, o mastro – elemento simbólico indispensável nas festas juninas, assim como a dança de quadrilha, tudo isso envolvendo grande preparação e dedicação para que seja realizada com sucesso e como deseja a comunidade. A todas as manifestações junta-se comidas e bebidas indispensáveis por serem identitárias para o grupo que habita a Rua do Capim. E no intuito de embasar a narrativa sobre

alimentação e cultura, traçaremos um diálogo com o autor Montanari (2008), que em seu livro, *Comida e Cultura*, busca uma relação através dos tempos, entre o que se come e o modo como isso é feito, explicando os códigos envolvidos no sistema alimentar das sociedades, e especificamente no âmbito deste trabalho, será embasado para explicar a relação da comunidade da Rua do Capim e os alimentos servidos durante o festejo . Antes de finalizar o capítulo, vale ressaltar que nele teremos imagens diversas sobre a Festa de São João Batista, o que pode propiciar melhor compreensão sobre como se dá, uma importante festa vilaboense, mas que é tão pouco divulgada e até mesmo conhecida pelos habitantes da cidade de Goiás.

Nas considerações finais lembramos que “há um limite entre aquilo que quer se construir do que é apresentado pela própria performance daqueles que festejam e a construção que pede uma historiografia acadêmica” o que possibilita a continuidade de variados estudos sobre a temática proposta. No entanto, vale ressaltar que ao trazer para a academia uma festa pouco divulgada e com relativa tímida inserção da população local, contribui para a ampliação das identidades culturais conhecidas sobre determinado lugar, o que faz da Festa de São João Batista da Rua do Capim da cidade de Goiás, mais uma referência dos territórios e expressões culturais no Cerrado.

CAPÍTULO 1

REPRESENTAÇÕES HISTÓRICAS E CULTURAIS DAS FESTAS TRADICIONAIS DA CIDADE DE GOIÁS

A presente dissertação consiste em analisar a Festa Junina Arraiá do Capim na cidade de Goiás/GO. Intenta-se compreender a organização que a comunidade promove para a manutenção dos elementos da identidade cultural e permanência das redes de sociabilidade que unem indivíduos, familiares e visitantes durante a referida festa. A comunidade, cercada por charmosos becos no bairro Carmo, constitui os fazedores das festas juninas mais tradicionais da cidade. Infirmo, ainda, afirmar que é bastante antiga, diante das pesquisas que foram feitas, em registros orais e informais. A dificuldade em estudá-la consiste no ineditismo, por ser uma festa que não foi estudada academicamente, além da ausência de documentos para aprofundar nas questões de sua permanência. Para a história atual, as fontes orais ganham relevância para consubstanciar os documentos oficiais. Dentre os interesses da pesquisa prima-se por dar visibilidade para uma festa popular, pouco conhecida em uma cidade, notadamente, histórica no processo da produção do território goiano.

Ao deparar com a ocorrência dessa festa como frequentadora da cidade de Goiás e pesquisadora sobre a formação da antiga capital do estado, minhas idas à cidade passaram a ser assíduas. Ao conhecer e compartilhar da amizade de alguns dos moradores da comunidade do Capim me fez mergulhar em suas histórias de forma ainda empírica.

No ano de 2015, em uma das viagens à cidade de Goiás me foi feito o convite, boca a boca, para ir à festa do “Arraiá da Rua do Capim”. A curiosidade me veio à tona: onde, como e por quem era realizada essa festa? Eu como frequentadora há anos da cidade nunca tinha ouvido falar em tal festa. O convite foi aceito com prontidão. O mês era junho, o dia 22, um sábado. Adentrei-me à comunidade, e com muito carinho fui recebida, o frio era de cortar os “beiços”, mas o calor humano e a afetividade que rondavam aquele lugar me despertou logo o interesse da pesquisa.

Tentar compreender uma comunidade que vive à margem da estrutura elitista da cidade, e que permanece construindo uma história de permanência e afetividade, é um desafio para nós historiadores e pesquisadores. O entusiasmo dos moradores da rua para executar suas atividades em permanecer viva a festa, instiga-me a mergulhar nesse labirinto de sentidos e significados.

Podemos compreender a festa popular da Rua do Capim, como descreve Canclini (2015, p. 205),

o Popular é nessa história o excluído: aqueles que não tem patrimônio ou não conseguem que ele seja reconhecido e conservado; os artesões que não chegam a ser artistas, a individualizar-se, nem a participar do mercado de bens simbólicos 'legítimos' os espectadores dos meios massivos que ficam de fora das Universidades e dos museus, "incapazes" de ler e olhar a alta cultura porque desconhecem a história dos saberes e estilos.

A comunidade da Rua do Capim é uma comunidade plural. Pessoas de várias profissões e com graus de estudos diversificados. A diversidade religiosa é outro ponto importante, pois há, em sua maioria, católicos, mas também evangélicos, umbandistas e candomblecistas, conforme revelou questionário aplicado. Essa diversidade religiosa não é um empecilho quando se trata de reunirem-se para a realização da festa junina, pelo contrário, é o momento que todos se unem em prol da realização do festejo.

A cidade de Goiás torna-se um dos principais lócus culturais do Estado. Nela, ocorrem práticas vistas como sendo importantes expressões da sociedade goiana, algumas circundam o imaginário das questões que se ligam a sociedade colonial, logo se torna relevante estudá-la por trazer em sua composição, ainda, festas que integram as histórias e as culturas locais. De acordo com a historiografia regional de Goiás, no século XIX, no local, se extraíam riquezas minerais, e ainda era ocupada pelos pequenos comércios que atendiam as diversas confrarias que ali se formavam.

A estrutura urbana da cidade de Goiás se construiu por ramificações de infraestruturas a fim de assegurar a exploração do ouro. O principal sítio urbano é formado pelas ruas de Vila Boa, nessas, a vida acontece pelas narrativas das famílias por meio de histórias próprias, por seu folclore recém-nascido e mestiço, composto de tantos outros folclores que foram se juntando e formando a vida cultural dessa cidade.

Na presente dissertação a análise centra-se na festa junina em louvor a São João Batista da Rua do Capim, bem como as representações culturais que a tornam uma referência de sociabilidade. A festa acontece aproximadamente há 70 anos ininterruptamente no mês de junho, momento em que se homenageia São João Batista, santo protetor da comunidade. Sabe-se da existência de várias festas em louvor aos santos juninos por todo o Brasil, mas consideramos que os atos pessoais, que não se trata de práticas cotidianas, são rituais inerentes a própria necessidade humana, logo as festas são esses rituais essenciais em todas as culturas diferenciando-se umas das outras. Para Maduro (1994, p.11),

em certo sentido pode-se dizer que a vida humana gira em torno da festa, move-se no sentido da celebração. Nós lutamos de sol a sol para conseguir aquilo que dê alimento e sentido à vida e que, portanto, mereça ser festejado jubilosamente em companhia de nossos entes queridos: trabalho, amor, alimento, saúde, liberdade, paz, tempo para descansar, brincar e desfrutar a amizade gratuita. Lutamos constantemente para encontrar motivos, tempo, espaço, e outros recursos para poder celebrar a vida sem medo nem culpa; para poder festejar o bom da vida sem causar sofrimento à vida dos outros.

As palavras de Maduro nos permitem pensar nessas festas espontâneas como rupturas do cotidiano repetitivo e das horas controladas pelo tempo do trabalho e de outras obrigações. Na cidade de Goiás é visível a intensa movimentação que ocorre nos períodos de suas principais festas. Mas, quando se trata daquelas que fazem parte das comunidades locais, os momentos se partilham entre o dever e o prazer, a fluidez e a tradição, enfim, são as singularidades que ganham lugares e dão sentidos a festa.

Nessa perspectiva preenchida de subjetividades, a dissertação ancora-se em destacar: qual a singularidade da Festa Junina Arraiá do Capim? Como essa festa representa uma expressão cultural e ganha visibilidade dentro da comunidade da cidade de Goiás?

A Rua do Capim é constituída por uma teia de significados, por movimentos culturais que acontecem e que são bem interpretados pelas festas e tradições. Nesta rua, a vida cotidiana torna-se bem lembrada pelas histórias que se tornam fundamentais para reconhecer as expressões, bem como as que se misturaram e dão contornos aos novos saberes que formam a vida cultural dessa cidade.

Perceptivelmente, no Brasil, o ciclo junino com suas festas alastra-se por todo país, agrupando em si características regionais, variáveis conforme sua influência e

realidade. Com a festa em questão não foi diferente, pois ela agrega fatores específicos e várias particularidades. É inquietante pensar no abandono das tradições dessas festas e perceber que em determinados lugares ou vilarejos elas se diluem em decorrência dos fatores de urbanização que vão dando lugar a outros tipos de manifestações culturais mais modernas. Mas a realidade da Rua do Capim é outra, ainda que haja alterações que são inevitáveis ao longo do tempo, a tradição do festejo em louvor a São João Batista mantém-se. Como observa Hobsbawm e Ranger (1997), toda tradição é uma invenção que surgiu em algum lugar do passado, podendo ser alterada em algum lugar do futuro.

A oralidade como fonte para a reconstrução da história da “Rua do Capim”, está assente nas referências de Bosi (1994), segundo a qual, trabalha a memória oral como meio de recompor e dialogar com o passado a partir de múltiplas experiências vividas, para além dos registros oficiais das instituições de poder.

Segundo essa autora, a reconstrução dos acontecimentos a partir das narrativas e lembranças pessoais, trabalhando a nostalgia e a ideologia, busca não o fato em si, mas as impressões dos que vivenciaram os acontecimentos, possibilitando a reconstrução de comportamentos e sensibilidades, reconstruindo o passado não mais somente por meio de uma visão hegemônica, mas a partir de múltiplas visões.

VILA BOA – CONTEXTO HISTÓRICO

Historicamente, as cidades coloniais do Brasil são frutos de significativos processos de disputas, por poderes social e político. Esses interesses, envolveram o processo da exploração aurífera, levando em determinados casos, como o de Goiás, o enriquecimento para as mãos de poucos. Segundo Paulo Bertran, escritor e historiador que muito contribuiu para a historiografia goiana, que prefaciou a 1ª edição do livro *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*, do escritor goiano Nars Fayad Chaul (1997, p. 12),

no caso das minerações inadministráveis de Goiás e Mato Grosso (e um pouco menos na policiada Minas Gerais), que o contrabando aqui tenha ido além de 50% dependendo do flutuar das conjunturas e dos lugares. Convinha, portanto, às autoridades coloniais, como precaução política, antes bradar ao trono a decadência da mineração, do que pôr a mão no fogo por seu desempenho.

A cidade de Goiás, antigo arraial de Sant'Ana e por muitos anos até o século XX, capital de Goiás, não foi diferente. Diante desses interesses, consideramos, portanto, necessário, apresentar recontes dos acontecimentos históricos sobre a formação da cidade de Goiás.

A partir da historiografia goiana dos séculos XVI ao XIX é sabido que as terras onde hoje habita um dos principais lócus da cultura de Goiás foram marcadas por grandes explorações de ouro e terra. Motivados pelos rumores da grandiosidade de terras a serem exploradas e de metais preciosos, inúmeros aventureiros adentraram no sertão goiano em busca de riqueza.

O bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva, depois de peregrinar durante três anos pelo sertão a fora, localizou onde estivera seu pai, as aluviões do Rio Vermelho e seus afluentes. Anhanguera II⁴ adentrou no sertão goiano com suas bandeiras sanguinárias a fim de explorar o que de mais valioso se tinha nestas terras distante da civilização, o ouro. Segundo Coelho (1997), provavelmente a mais antiga bandeira a percorrer o solo goiano tenha sido a de Antônio Macedo e Domingos Grou, que no período de 1590 a 1593 deslocou-se por esses sertões, chegando até às proximidades do rio Tocantins. Compreendemos desta forma que não foram apenas os paulistas que percorreram esta promissora terra.

A exploração do ouro fizera de Goiás internacionalmente conhecido. Os alardes sobre as descobertas do ouro e de outros metais preciosos acarretaram uma corrida de aventureiros para esta terra ainda recém descoberta, muitos na esperança de enriquecimento, mas tantos outros fugindo da justiça ou devedores. Segundo Vidal (2009) o secretário do governo Ângelo dos Santos Cardoso, no ano de 1755, redigiu no relatório enviado à Coroa a sua insatisfação em relação aos novos ocupantes,

(...) eram paulistas, misturados com emboabas, (que assim chamam os filhos dos reino), mas de tão ínfima qualidade, os do reino, que talvez não soubessem dizer de que freguesia eram, ou bancarroteiros, e dos sertões das Minas Gerais, de São Paulo e Cuiabá, que acossados em dívidas, como ainda hoje costumam, vem buscar os haveres que se manifestam mais modernos; esta casta de gente foi a que mais francamente as povoam [...]; mas como estes países têm a especialíssima qualidade de fazer verdadeiras as metamorfoses que fabulou a Antiguidade, converte estes

⁴ Anhanguera II foi o nome dado pelos ameríndios que habitavam em Goiás, que significa “diabo que foi” ou “diabólico” (SILVA, 1999, p.159).

pícaros, sem que faltem o uso das suas picardias, sem senhores de grande consideração.

Neste período chegavam tanto brancos, negros, pardos e muitos índios que já trabalhavam em lavras a serviço dos paulistas (PALACÍN, 1982). Com poderes conferidos pela coroa portuguesa, dispôs-se a organizar o espaço que não deveria mais ser considerado um acampamento improvisado e, Bartolomeu Bueno organizou a fundação do arraial, espécie de povoação sem autonomia jurídica, subordinada a tutela de uma vila, neste caso, a de São Paulo. Dessa forma, ordena que seja erguida uma capela, no centro do local, dedicada à nossa senhora de Santa Anna (VIDAL, 2009). Fundava-se então o arraial de Sant'Ana entre os anos de 1722 a 1725, posteriormente evoluído para Vila Boa. Sobre a ocupação dos meios urbanos e a difusão da população pelo arraial, Stefhanie Drogomirecki em sua dissertação (2019, p.27), frisa que,

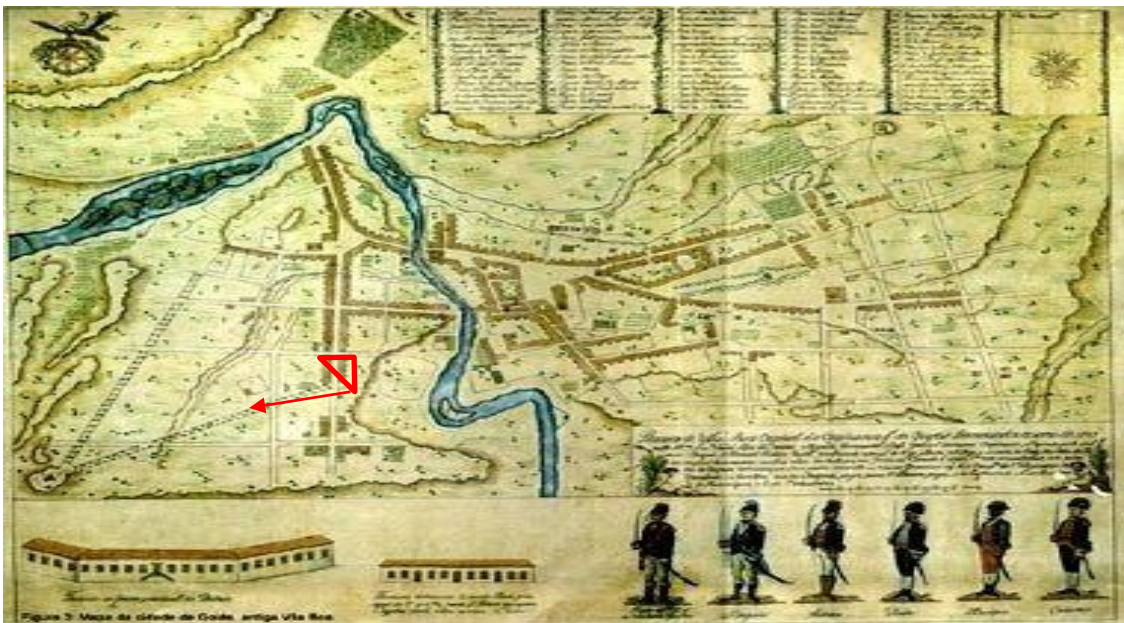
(...) as lavras e os arraiais de toda a bacia do Rio Vermelho, como Ouro Fino, Ferreiro, Anta e Santa Rita, fixaram-se antes do final da década de 1720, porém, hoje só remanesce o último. Durante a época de produção aurífera, esses locais passaram a ser autossuficientes em relação as provisões, que eram enviadas às novas bandeiras de exploração. O ciclo do ouro na região de Goiás, no entanto, foi curto, desenvolveu-se entre 1726 e 1750, ocasião que chegou o auge a sua exploração.

Importante ressaltar que a história da ocupação do Centro Oeste, de acordo com a disciplina, Cerrado na Produção Historiográfica, cursada no Mestrado Territórios e Expressões Culturais no Cerrado, pela autora e que culminou na presente pesquisa, é a própria história sobre o nascimento da cultura material deste território. Visto que o mapa ia modificando-se conforme as administrações iam agregando benefícios e recursos para a região. Neste sentido, no período de 1778 a 1783, o governador da capitania, o capitão-general Luiz da Cunha Menezes, foi o administrador que mais beneficiou a vila no que se refere a melhoramentos urbanos. Segundo Coelho (1997), outras obras de relevo já haviam sido sucesso por outros governadores, mas foi Cunha de Menezes que realizou as mais significantes melhorias.

De acordo com Bertran (*apud* CHAUL 2010), umas das obras mais relevantes teria sido a execução de um passeio público dentro da vila, ocasionando a urbanização do largo, abrindo ruas com árvores em perfeito alinhamento, zelando

ainda em aperfeiçoar as ruas e as casas, sem que gerasse prejuízos aos moradores. A ilustração 01, um mapa de Vila Boa de 1782 representa essa preocupação urbanística. Realizamos uma intervenção em vermelho para indicar, mesmo que imprecisamente, a Rua do Capim e a Praça da Conceição, local longe da ocupação inicial do antigo arraial de Santana.

Ilustração 01 – Mapa de Vila Boa – 1782



Fonte: [http:// www.ovilaboense.blogspot.com.br](http://www.ovilaboense.blogspot.com.br) (intervenção em vermelho da autora)

As conquistas de veias auríferas no sertão brasileiro trouxeram o aumento da população, a interiorização do Brasil e implementação de arraiais, que sucessivamente se tornaram vilas. Segundo o historiador Martiniano José da Silva (1998, p.159),

entre 1722 e 1725, funda e faz crescer o arraial de Santana, evoluído para Vila Boa, cidade de Goiás e capital por um longo período, ali surgindo vários outros arraiais margeando córregos e rios, onde se instala a sociedade colonial dos livres e dos escravos com sua característica estamental.

Atraídos pelo comércio interno aurífero e pelo rápido enriquecimento, pessoas de várias regiões fizeram moradia na mais nova província do Brasil, antes um território ermo, apenas habitado por tribos indígenas, se via incorporada por todas suas veias. Segundo Palacin, (1982, p. 39),

em quinze anos abrem caminhos e estradas, vasculham rios e montanhas, desviam correntes, desmatam e limpam regiões inteiras, rechaçam os índios, e exploram, habitam e povoam uma área imensa – em grande parte hostil pela aridez e pela insalubridade – que se estende a mais da metade do atual estado de Goiás.

Para o pesquisador Antônio Rocha de Souza (2001), o ciclo do ouro foi o que mais impulsionou a economia interna da colônia no século XVIII. As grandes propriedades rurais não pouparam a mão-de-obra indígena, mas foram as mãos negras as mais exploradas e devastadas. Mãos estas que vieram da Bahia, Minas Gerais e do Sul, constituindo, portanto, uma grande mistura de povos africanos. Segundo Silva (1974, p. 29-30, *apud* Souza, 2001)

conta que o historiador Zoroastro Artiaga era defensor da tese que afirmava ser o comércio negreiro operacionalizado com o Rio de Janeiro, Santos e Salvador, na Bahia, e que o primeiro comboio de escravos a chegar na Capitania de Goiás veio de São Paulo por volta de 1752.

As buscas incessantes pelo precioso metal tiveram seu segundo momento marcado por inúmeros conquistadores. O sertão do Planalto Central se viu mais uma vez mergulhado em conflitos entre bandeirantes e indígenas. Segundo Meireles, (2014, p. 63 *apud* BRASIL, 1961)

os sertanistas que se aventuravam nessas bandeiras eram, em geral, homens impiedosos, temerários, sem haveres, aventureiros, conquistadores à cata da lavagem de cascalhos em qualquer veio d'água que encontrassem em seus caminhos. Encerra-se, desse modo, o primeiro ciclo, o da descoberta da terra, iniciado, em 1592, por Sebastião Marinho.

As expedições de exploração das minas de ouro cresceram de forma rápida, via margem do Rio Vermelho e se estendeu para outros locais, o que proporcionou a rápida ocupação na região e o crescimento desorganizado da população.

Com as ocupações, vieram também as relações comerciais internas, segundo a historiadora Gislaine Callefi (2000, p. 46): “a formação deste mercado consumidor, em Goiás, esteve relacionada com a descoberta das minas auríferas e a constituição dos núcleos urbanos”.

Em poucas décadas, populações vindas, principalmente das regiões de São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia (vale do São Francisco), Pará, Maranhão, e Piauí e até mesmo da Europa. Segundo Antonil (1982, p. 163),

cada ano, vem nas frotas quantidade de portugueses e de estrangeiros, para passarem às minas. Das cidades, vilas, recôncavos e sertões do Brasil, vão brancos, pardos e pretos, e muitos índios, de que os paulistas se servem. A mistura é de toda condição de pessoas: homens e mulheres, moços e velhos, pobres e ricos, nobres e plebeus, seculares e clérigos, e religiosos de diversos institutos, muitos dos quais não tem no Brasil convento nem casa.

Segundo estudos relacionados ao período aurífero, não se sabe ao certo o número exato desta migração, mas tem-se conhecimento que o número de pessoas brancas era inferior ao número de pessoas negras. De acordo com Caleffi (2000) o uso destes como mão-de-obra nas minas implicava na compra de quantidades elevadas de escravos.

Com as jazidas de ouro cada vez mais escassas, a população decaía levando com ela aquilo que foi durante um quarto de século, dos anos de 1726 a 1750, o sustento da base de Vila Boa, o ouro e o escravo. Escravos estes que foram trazidos à força da África para o Brasil para enriquecer os grandes engenhos e, posteriormente, para serem escravizados nas minas auríferas.

Assim como as explorações das minas de ouro se deram de forma rápida, o seu esgotamento também foi abrupto. Segundo o historiador Chaul (2010, p.35 – 36),

como principais razões apresentadas para se entender o declínio da mineração em Goiás, figuram-se as técnicas rudimentares de extração e exploração das jazidas (ouro de aluvião), a falta de braços para uma exploração mais intensa das minas, a carência de capitais e uma administração preocupada apenas com o rendimento do quinto. Assim, todo o potencial da capitania era canalizado para a exploração do ouro, o que encarecia, cada vez mais, os bens de primeira necessidade. Por sua vez, as autoridades proibiam qualquer atividade que viesse a retirar mão de obra das minas.

No meio dos vários discursos para justificar a decadência, temos a insuficiência e a precariedade das estradas, estas que neste período eram imprescindíveis para a sociabilização e a locomoção de pessoas e alimentos, a falta de incentivos da coroa Portuguesa para colocar em funcionamento novos meios de comunicação e a ociosidade em que vivia o povo de Goiás, estes fadados ao tempo, eram os argumentos da época. Este conjunto de repulsas criou uma imagem de atraso que ficou gravada, por intermédio da cultura dos viajantes, como verdade incontestável pelo país afora.

Chaul (2010), afirma que Goiás passou a ter um perfil de terra da decadência, espelho de uma sociedade que não possuía o mínimo para sobreviver devido a sua falta de empenho, dedicação e interesse. A carência de tudo, inclusive de energia humana e a solidão que apontava por de traz da Serra Dourada, colocava Goiás em uma posição de isolamento.

A administração da Província ficava nas mãos da família de Bartolomeu. Iniciada por ele mesmo, tal estrutura administrativa durou muito tempo. “Bueno era superintendente; seu genro, Ortiz guarda-mor; e Antônio Ferraz, seu sobrinho, escrivão” (CHAUL, 2010, p.36). Dessa forma, os principais cargos eram ocupados por seus parentes, deixando claro que a condução da Vila estaria em suas mãos.

Erguida essa estrutura governativa, o erário começa a receber o quinto⁵ do ouro que era extraído. O ouro em pó era a única moeda permitida na capitania. Quando o minerador necessitava transportar para outra Capitania, o ouro era fundido e cobrado o valor do quinto. Em ocasiões raras, mas podiam acontecer. Segundo Palacín (1982, p. 60),

comprando todas as coisas a crédito, em longos prazos, por preços altíssimos, todo o seu ouro [do mineiro] ia parar, imediatamente, às mãos dos comerciantes, que eram os que, em realidade, canalizavam o ouro das minas para o exterior e deviam, por consequência, pagar o quinto correspondente.

A cobrança do quinto durou até o ano de 1735, quando a administração monárquica portuguesa, começou a cobrar uma taxa fixa por escravo, imposto que ficou conhecido por capitação. Na visão da coroa portuguesa, o quinto enfraquecia mais por sonegação do que por insuficiência e seria mais difícil esconder o escravo do que o ouro. Devido ao enfraquecimento do ouro e por outros motivos já citados aqui, as minas foram ficando cada vez mais escassas e o quinto acompanhava essa escassez.

A historiografia goiana vem, ao longo dos anos, caracterizando Goiás, neste período, como decadente e impossibilitado de resolver seus problemas econômicos após o declínio da mineração. Com esse declínio e o fim da comercialização do

⁵ “O quinto, segundo a Ordenação do Reino, era uma decorrência do domínio real sobre todo o subsolo. Como o senhor do Reino – direito senhorial –, o rei tinha o direito exclusivo e inalienável a todos os metais; não querendo realizar a exploração diretamente, cedia a seus súbitos este direito, exigindo em troca o quinto do metal fundido e apurado, a salvo de todos os gastos” (PALACÍN, 1982. p. 59).

ouro, as vilas que se destacaram economicamente no período aurífero tornaram-se grandes vazios urbanos.

Deparado com essa situação, a maioria dos mineradores, e aqui entendemos mineradores não como os de profissão da atualidade, que trabalham nas minas, mas aqueles que detinham de altíssimos títulos de honra, donos das minas. O trabalho nas minas era ofício exclusivo dos escravos, considerados à época como meros instrumentos de produção. Destaca Palacín (1982, p. 91) que o mineiro era dono das lavras e dos escravos que extraíam para ele o ouro.

A curta duração das minas de Goyazes e a privação de uma infraestrutura apta a suportar as contradições sociais de um declínio econômico de tal dimensão traçaram o perfil da sociedade goiana que sobreviveu ao sonho do ouro. Mas é sabido que desde os primórdios de sua fundação, a atividade de agropecuária já existia na região, não tendo força como a atividade aurífera, chegando a ser proibida para que nenhuma atividade desviasse a mão-de-obra escrava da exploração do metal, teve seu lento retorno após o declínio da produção do ouro. Segundo Coelho (1997, p.82),

o fato de já existirem em Goiás, desde o início de sua ocupação, fazenda de gado, plantações e até mesmo engenhos para a produção de rapadura e cachaça, demonstrou que não houve, por parte dessa população, a preocupação em fazer com essa atividade secundária pudesse se transformar em algo mais efetivo, tendo em vista o já previsível declínio da mineração.

Coelho (1997) destaca ainda que no ano de 1740, D. Luiz de Mascarenhas preocupado com a redução de exploradores na região, assinou um tratado que obrigava que qualquer pessoa que quisesse administrar alguma mina de Goiás, teria que primeiramente antes da ocupação, plantar roça para o seu sustento e para os de seus escravos, correndo o risco de seus escravos serem confiscados caso exercesse a mineração sem o plantio das referidas roças.

Os meados da primeira década do século XIX marcam o definitivo sonho pelo enriquecimento e vaidade nas terras conhecida como eldorado. O ouro, que desde o início do século XVIII já apresentava sinais de esgotamentos, se transformou nas últimas décadas do século dezoito, numa vaidade para poucos aventureiros e escravos forros.

A atividade de exploração mineradora sucedeu muitas vezes de forma individualista. O mineiro não estava interessado em privilegiar a região que lhe proporcionou frutos de riqueza, mas sim esgotar até a última pedra e partir para outra região. Isso demonstra o vazio que muitas vilas ficaram após o esgotamento. Se os mineiros, juntamente com seus escravos, sacudiam determinada região por um tempo e depois migravam para outras, não seria o poder administrativo que iria se preocupar em fixar população em determinada localidade, neste caso em Vila Boa. A preocupação maior, deles, era em especial arrecadar impostos, como o quinto.

Com o fim da exploração mineradora, os mineiros migraram para outras regiões para continuar seu trabalho de sangria dourada⁶. Em consequência disso, em Goiás, foi se formando uma base de população dos poucos aventureiros que ali chegavam. Com base nessa formação, Coelho (1996, p. 84) ressalta que,

não tendo como abandonar a região, ou mesmo por não ter para onde ir, permaneceram aqui os negros libertos e os pardos, envolvidos com a faiscação de pouca monta e a agricultura de subsistência. Permaneceram também os índios, que nesse momento estavam divididos em dois grupos, os aldeados e os livres, dispersos pelo sertão, em suas aldeias, considerados ainda como ameaças.

Como elemento dominador de nossa historiografia, ficaram também em Goiás os poucos brancos, relacionados a administração burocrática, funcionários públicos que passaram a partir desse momento a grandes proprietários de terras, assim como dos comércios que existiam nos poucos núcleos que sobreviveram. Os poucos mineiros que permaneceram se viram forçados na condição de escolher abandonar a capitania ou dedicar-se a uma atividade que a seus olhos não era bem vista e tão pouco rentável, a lavoura e a criação de gado. Visto que suas opções não eram muitas, o mineiro em pouco tempo se transformou em um lavrador e criador.

Para Chaul (2010, p. 95) quando a mineração dava seus últimos suspiros,

não restou outra opção aos minérios senão a ocupação das áreas próximas aos antigos centros mineradores. Apossaram-se das terras, requereram

⁶ Expressão aqui utilizada no sentido figurado, para dar o sentido de uma abertura feita em uma determinada localidade no intuito de jorrar ouro – no mesmo sentido que sangria é abertura de uma veia para a retirada de sangue, e neste caso aqui trazido o ouro da tonalidade dourada ao ser extraído da forma como explica o parágrafo, intencionava-se que jorrasse ouro como uma sangria desatada.

sesmarias⁷ e procuraram legalizá-las – valendo mais a posse do que a lei – com o intuito de desenvolver uma agricultura básica que alimentasse a si e aos seus.

Para o referido autor a escassez do ouro acarretou as mazelas que transformou Goiás em sinônimo de atraso e isolamento. Chaul (1999, p. 288 - 289), reitera que “problemas de toda a ordem, mazelas de todos os tipos, doenças em todos os cantos, falta total de crédito no banco esperança, espaço sem crescimento”. Dessa forma, a cidade ficou marcada como uma cidade atrasada e precária. Para ele, realmente houve a escassez do ouro, mas a sociedade substituiu pela economia agropastoril. Assim, sua tese refuta que o atraso foi colocado em questão apenas como estratégia de um grupo que propagava o progresso.

Tamaso (2011, p. 1) em seu artigo “Festas e Procissões da Cidade de Goiás: O Patrimônio em movimento” nos diz que,

(...) em toda América Portuguesa, os moradores eram impelidos aos constrangimentos da vida festiva, pelos senados da câmara, bispados, ordens religiosas, irmandades e santas Casas de misericórdia. As festas de Goiás no período colonial tiveram papel importante no processo de estruturação da sociedade vilaboense. Cuidaram os vilaboenses das celebrações de tal forma que algumas chegaram até o século, muito embora transformadas. Festas tradicionais como a de Corpus Christi, a Semana Santa, a Festa de Sant’Ana, a Festa do Rosário e a Festa do Divino são ainda hoje realizadas e representam momentos importantes para os vilaboenses tradicionais. Outras festas como as da Abadia, de Santa Bárbara, de Areias, do Bacalhau, de São Sebastião, da Barra, ainda celebram os seus respectivos oragos, não obstante o fato de que a maior parte das imagens tenham sido, involuntariamente, retiradas das trocas simbólicas tradicionais, como resultado da aliança entre Igreja do Evangelho (Igreja Progressistas) e agentes locais do patrimônio.

Em todas essas festas, como exemplo o Arraiá do Capim, são cantadas as ladainhas em latim, o levantamento do mastro, a alvorada, a serenata e a procissão. Afirma Tamaso (2011) que a festa é sempre organizada pela comunidade próxima à igreja, contando com o apoio da Diocese, da banda do 6º BPM e demais vilaboenses. De modo geral, essas festas e procissões, nos fazem pensar como patrimônios vividos pelos vilaboenses e de forma particular pela comunidade do Capim. Tamaso (2011) ainda ressalta no quão o poder de grupos e agentes específicos podem atuar duplamente, tanto no sentido de preservar estes bens

⁷ Aos requerentes de sesmarias eram impostas condições tais como o cultivo, por dois anos, da área concedida. Ao longo de um ano, a sesmaria deveria estar titulada. Poucos foram, porém, os que cumpriram as exigências, pois era grande a abundância de terra e diminuto o seu controle, o que facilitava as ocupações ilegais.

culturais da violência simbólica praticada pela Igreja Progressista, quanto no sentido de mercantilizar um aparte desse patrimônio e disponibilizá-lo ao consumo visual. A festa do Capim conta com todos esses “apoios”, mesmo porque sem eles, ela não existiria de forma legal.

A IMPORTÂNCIA DA CULTURA POPULAR NO CONTEXTO DA CIDADE

Nas cidades as incorporações trazidas pelas memórias e práticas culturais marcam o cotidiano dos lugares. A configuração da forma urbana depende por vezes de elementos objetivos, como a localização, meios de sobrevivência, idealização, repulsão do lugar de origem, ademais, por elementos de ordem prática. Canclini (2015, p. 205), pontua que,

se a cultura popular se moderniza, como de fato ocorre, isso é para os grupos hegemônicos uma confirmação de que seus tradicionalismos não têm saída; para os Defensores das causas populares torna-se outra evidência da forma como a dominação os impede de ser eles mesmos.

Em relação a cidade de Goiás, os fatos, ainda, ligam-se ao imaginário em torno de sua fundação, por trazer em sua composição formas integrantes da sociedade colonial e outros que se vinculam ao ideário moderno imposto pela metrópole goiana. Estes aspectos, em torno da fundação histórica de um lugar, também encontra ancora, no estudo de Baczko (1995), que pontua este momento como sendo aquele em que uma sociedade reproduz este sistema de representações, ao mesmo tempo elege aqueles que irão preservar este sistema que aos poucos vão sendo instituídos como legados daquela sociedade. Estas heranças históricas, ora decorrem da extração do ouro, ora do comércio, dos locais de diversão que formaram as ruas de Vila Boa e suas próprias histórias.

Estes são alguns dos componentes urbanos que transformam um lugar desabitado em comunidade, mas apesar de serem importantes não são os únicos que se ligam com os sentidos de pertencimentos. A história nos mostra que quando se trata da formação de um grupo social, esta pode estar associada às tradições que o tempo se encarrega de moldar, ou seja, no caso aqui trazido, a forma como os sujeitos projetam, escolhem e se relacionam com suas festas. Elas estão condicionadas a diversas flutuações subjetivas e culturais.

Neste contexto Thompson (1998) relata que a cultura é vista como sistema de atitudes, valores e significados compartilhados, e as formas simbólicas em que se acham incorporados. Ao tratarmos das festas, outro importante ponto é o que elas dão sentidos de identidade e podem relacionar-se com as preferências do grupo, em termos, de interação com os demais grupos.

A representação cultural e o imaginário social estão intimamente ligados, e revelam as formas de como a sociedade se vê representada culturalmente, suas maneiras de se importarem e de se configurarem nesse imaginário social. Para tratar deste último conceito imaginário social, destacamos a definição de Baczkó (1995), sobre o tema, onde ele destaca que este é uma espécie de alento, que regula a vida em sociedade. Denota não apenas que o sujeito pertence àquela classe social ou sociedade, como também a maneira como este se relaciona com esta sociedade, e com as categorias que a dividem.

Na abordagem da Nova História Cultural destacamos também, as contribuições de Bourdieu (1998), quando considera que o imaginário circunscreve a visão que temos de mundo, logo, quando se trata das vivências ocorridas durante as festas, é a partir do imaginário que se estabelecem as práticas culturais.

Sabe-se que o passado chega ao historiador por meio de representações e cabe a ele, fazer essa construção do passado, como salienta Pesavento (2005, p. 36) “o texto histórico se figura como um ter sido, mas de forma problemática, por não ser mais observável nem passível de reexperimentação, ele é apenas memorável”. Outra contribuição da autora é que “[...] o texto da História tem a ambição de que sua construção seja uma reconstrução, ou seja, a restituição da verdade do acontecido do leitor”.

Para Viana e Bassi (2014), a cultura popular representa a raiz, a base de estudo que é passado de forma oral ou informal, sendo técnicas ou históricas, de um ano para o outro.

Para falarmos sobre festas populares, devemos falar sobre as festas tradicionais que compõem o centro cultural da cidade de Goiás. E não obstante pontuarmos o período da transferência da capital para a tão sonhada e desejada, pelos progressistas da época, cidade de Goiânia. Mas qual o verdadeiro intuito dessa transferência? Como a população vilaboense reagiu a essa mudança? São perguntas importantes para discutirmos como sucedeu e ainda sucede as festas nesta cidade.

Transferir a capital para Goiânia, de acordo com Gomide (2003, p. 39), sucedeu “porque não havia mais espaços para as conversadeiras”, pois a pacata cidade não servia mais para um modelo progressista da época. Goiânia surge como contraponto ao contexto de atraso, como modelo de cidade planejada, arquitetônica e imponente.

Segundo a historiadora Keley Cristina Carneiro (2005, p. 18), em sua dissertação intitulada *Cartografia de Goiás: Patrimônio, Festas e Memórias*, “Goiânia era moderna para a época, porém, dizer que havia uma distância extrema entre as duas cidades e que era o inverso uma da outra são ideias produzidas socialmente, não há nenhum abismo entre as duas cidades, visto que a distância entre Goiás e Goiânia é cerca de 140 km”. Para a autora, existiu certo exagero por parte do governo ao declarar o esplendor da nova capital.

Sem dúvida, a mudança da capital deixou os vilaboenses desolados e inquietos. Aos que não mudaram para Goiânia ficou o sentimento de perda e o trauma pela forma como se sucedeu todo o processo. O prejuízo não foi apenas pela sede política, mas uma assolação social, comercial, de famílias que se dividiram entre as duas cidades, de amigos que ficaram e que se foram. Gomide, (2003, p. 40), afirma que “não foi possível evitar a transferência da capital e, (...) os moradores que permaneceram na antiga Vila Boa se sentiram ressentidos com a decisão e efetivação da mudança”.

Ainda hoje o sentimento de pertencimento é visível aos olhos de quem para um minuto do seu tempo para ouvir antigos moradores que vivenciaram esse momento da transferência, ou mesmo as novas gerações que cresceram ouvindo as histórias de seus antepassados. Apesar do ressentimento que a população da cidade de Goiás carrega em relação ao seu passado, ele é importante para que siga sempre renovado na memória dos que ali vivem e dos que ali passam.

No ano de 2001 o orgulho por ser vilaboense ressurgiu com a notícia de que o centro histórico da cidade de Goiás receberia o título de Patrimônio Histórico da Humanidade. Título esse concedido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Segundo Delgado (2003, p. 395),

dia 27 de junho de 2001, às 8 horas da manhã, os sinos das igrejas da cidade de Goiás começaram a badalar, anunciando a notícia, que acabará de chegar de Paris: a diretoria do Patrimônio Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) referendou, por unanimidade, a indicação do Conselho Internacional de Monumentos e

Sítios (ICOMOS) para que o centro histórico de Goiás recebesse o título de Patrimônio da Humanidade.

A partir desse momento os moradores da cidade de Goiás respiram outros ares, ares esses vaidosos e orgulhosos por residirem em uma cidade que é Patrimônio da Humanidade.

Segundo Tamaso (2007), sendo um sistema cultural, o patrimônio vilaboense compõem-se em diversos símbolos privados, como a terra, a casa, o nome, a tradição, o dom e as relíquias; de símbolos públicos como as praças, os largos, as pontes, os chafarizes, as ruas, os becos, os monumentos, as edificações; de símbolos religiosos como as igrejas, as festas, as folias, as procissões. Geertz (1989, p.105) nos refere que todos eles sendo “reformulações tangíveis de noções, abstrações de experiência fixada em formas perceptíveis, incorporações concretas de ideias, atitudes, julgamentos ou crenças”.

FESTAS RELIGIOSAS NO CONTEXTO DA CIDADE DE GOIÁS

A religiosidade é um elemento peculiar na sociedade vilaboense. Na cidade de Goiás existe uma paróquia, a de Sant’Ana, localizada no centro histórico tombado pelo IPHAN⁸. Segundo Tamaso (2007) a área protegida pelo IPHAN conta com oito igrejas católicas e uma evangélica.

Cristina de Cassia Pereira Moraes em seu livro, *Do Corpo Místico de Cristo: irmandades e confrarias na Capital de Goiás 1736 – 1808* descreve, de forma breve os surgimentos das primeiras capelas a partir do sentimento religioso daqueles que ali ficaram após o esgotamento da exploração do ouro. Segundo Moraes (2012, p.25), “do sentimento religioso dessa gente, arraigado em suas almas, aqui e acolá foram erguidas capelas nas quais podiam suplicar agradecer, cultuar e louvar a Deus, à Virgem e aos seus santos protetores. A autora acredita que o meio de suplantação das imensas dificuldades enfrentadas em terras inabitáveis, foi à associação solidária e fraterna criando um espaço do sagrado que se estendeu para rituais e celebrações, formas de se sentirem acolhidos divinamente.

Segundo Tamaso (2007 p.622-623) festas tradicionais como a de Corpus Christi, a Semana Santa, a Festa de Sant’Ana, a Festa do Rosário e a Festa do

⁸ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, criado em 1937. O conjunto arquitetônico, paisagístico e urbanístico do centro histórico de Goiás foi tombado pelo Iphan em 1978 e o reconhecimento como Patrimônio Mundial veio em 16 de dezembro de 2001. Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/>

Divino são ainda hoje realizadas e resistentes ao tempo. Festejam a passagem do tempo e celebram a memória do grupo, determinando dessa forma a identidade vilaboense. Nosso objetivo não é fazer uma reflexão sobre as principais festas religiosas de Vila Boa, analisaremos a Semana Santa de forma sucinta por acreditarmos ser uma das principais representações religiosas e cultural da cidade de Goiás.

Quando se fala de festas religiosas, e aqui abordamos as festas brasileiras, elas estão intimamente ligadas aos santos católicos. As festas se transformam em um lugar de produção histórica e social de seu povo.

Para situarmos sobre as festas religiosas e outras celebrações ainda existentes na cidade de Goiás, ver quadro 2, que foi baseado no estudo da pesquisadora Isabela Tamaso em sua tese *Em Nome do Patrimônio: representações e apropriações da cultura na Cidade de Goiás* (2007 p. 625) .No quadro é identificada a festa da Rua do Capim, como *Festa Junina São João Batista*.

Quadro 01 - Festas Religiosas na cidade de Goiás

Festa	Período	Local
Folia de Santo Reis	25 de dezembro a 6 de janeiro	Área urbana e rural
Carnaval	Data móvel	Centro histórico
Semana Santa	Data móvel	Centro histórico
Festa do Divino	Domingo de Pascoa até Domingo de Pentecoste	Área urbana, Bacalhau e Areias (bairros rurais)
Festa de Santa Rita	Data móvel	Igreja de Santa Rita e Praça do João Francisco
Corpus Christi	Data móvel	Centro histórico
Festa de Santo Antônio	13 de junho	Entorno
Folia de São João	24 de junho	Periferia

Festa Junina São João Batista	22 a 24 de junho	Praça do Capim
Festa de São Pedro	29 de junho	Alto Santana
Festa de Sant'Ana	26 de julho	Igreja de Sant'Ana
Festa da Abadia	Início de Setembro	Igreja da Abadia
Festa N. S. da Guia		Igreja N. S. da Guia Bacalhau
Festa de São Sebastião	1º domingo de setembro	Pedreira de São Sebastião. Próximo a Igreja do Ferreiro
Festas N. S. do Rosário da Barra	Setembro	Buenolândia (Arraial da Barra)
Festa do Rosário	1º domingo de outubro	Igreja do Rosário
Festa N. S. Aparecida de Areias	12 de outubro	Igreja N. S. Aparecida de Areias (bairro rural)
Festa N. S. da Conceição	8 de dezembro	Sede de Santa Cecília Centro histórico
Festa de Santa Bárbara	4 de dezembro	Igreja de Santa Bárbara Centro histórico
Festa de Santa Luzia	13 de dezembro	Sede de Associação de S. Luzia Centro histórico

Fonte: Tamasso (2007), Ribeiro (2020)

Este quadro nos situa sobre as festas e manifestações culturais ainda existentes, mas muitas delas não fazem parte do calendário oficial da cidade, principalmente aquelas que se manifestam na periferia e fora do centro histórico.

Neste caso, enfatizamos a festa junina da Rua do Capim, que entra no rol das festas de periferia e que não fazem parte do calendário oficial da cidade.

SEMANA SANTA

A Semana Santa é considerada umas das principais cerimônias litúrgicas da Igreja Católica e acontece quarenta dias após a Quaresma. Burke (2005, p. 323) estabelece que,

(...) segundo a Igreja, a Quaresma era uma época de jejum e abstinência – não só de carne, mas de ovos, sexo, ir ao teatro ou outros entretenimentos. Portanto, era natural apresentar a Quaresma como uma figura emaciada (a própria palavra “Quaresma” – *lent* – significa “tempo de privação” - *lean time*), desmancha-prazeres, associada aos peixes da dieta de Quaresma.

Na cidade de Goiás, não se sabe exatamente quando começou o ritual da Semana Santa. Os registros nos diários dos viajantes Johann Emanuel Pohl e Saint-Hilaire nos remete aproximadamente ao ano de 1745, quando da reconstrução da Igreja Matriz para celebrar a Semana Santa.

Pohl (1976, p. 143) em um de seus registros relata o agito da cidade a partir dos visitantes que nela se faziam presentes durante a Semana Santa. Assim, descreve,

(...) a Semana Santa, por exemplo, figura entre as mais notáveis. Para assistir a essas solenidades religiosas vem gente de regiões longínquas, de até 30 léguas de distância. Na Quinta-Feira Santa procede o lava-pés de doze meninos. O altar-mor, onde está exposto o Santíssimo, cercado de muitas luzes, forma um grande palco, ornado com o quadro da Santa Ceia.

Dessa forma observamos que a Semana Santa sempre cativou muitos visitantes, muitos desses, levados apenas pela fé religiosa. De acordo com Delgado (2003) os integrantes da OVAT⁹, lutam para que a memória de Goiás permaneça intacta e como bem observado por eles “o futuro de Goiás era o passado”. Segundo Delgado (2003, p. 121), a OVAT empreende e estimula várias ações culturais:

o Gabinete Literário, fundado em 1864, foi reaberto; os saraus foram revitalizados; as manifestações folclóricas e musicais foram pesquisadas e registradas, o acervo da arte sacra foi reunido no Museu da Cúria e,

⁹ Organização Vilaboense de Artes e Tradições, criada em 1965 por um grupo de moradores da cidade, considerados herdeiros do movimento antimudancista.

posteriormente, no atual Museu de Arte Sacra da Boa Morte; modificações foram implementadas na celebração da Semana Santa que passou a contar com a Procissão do Fogaréu.

Dessa forma, a Organização Vilaboenses de Artes e Tradições mantém firme a memória de seus antepassados. É, de certa forma, uma tradição criada. Sobre isso, Eric Hobsbawm (2014, p.01) nos diz que,

o termo “tradição inventada” é utilizado no sentido amplo, mas nunca indefinido. Inclui tanto as “tradições” realmente inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas, quanto as que surgiram de maneira mais difícil de localizar num período limitado e determinado de tempo – às vezes coisa de poucos anos apenas – e se estabeleceram com enorme rapidez.

No Domingo de Ramos, domingo anterior ao da Páscoa, a Semana Santa começa seus rituais na cidade de Goiás. Carneiro (2005, p. 54) descreve de forma linear a cerimônia, “em Goiás a Semana Santa começa na Igreja do Rosário, seguindo em Procissão (de Ramos) para a Catedral. Neste mesmo dia, há Procissão e Missa também na Igreja Santa Rita”. Carneiro (2005, p. 55-56) descreve o passo a passo,

[...] na segunda-feira santa, é dia de penitência e vigília. Na terça-feira santa, há encenação da “Vida, Paixão, Morte e Ressurreição de Cristo”. Na quarta-feira santa, antigamente era chamada das Trevas, realiza-se a missa santos óleos na catedral e às 24:00 horas a “*Procissão do Fogaréu*”. Na quinta-feira santa, há missa do Lava-Pés e da Santa Ceia do Senhor, inicia-se o que a Igreja denomina Tríduo Pascal da morte e ressurreição do Senhor Jesus [...]

Assim, do Domingo de Ramos à quinta-feira santa completa o retiro quaresmal. Na sexta-feira santa, dia da Paixão e Morte de Cristo, dia do canto do Perdão¹⁰ na Igreja Nossa Senhora da Abadia e na Igreja São Francisco de Paula. No sábado santo, é dia de silêncio, retiro e adoração. No domingo é celebrada a missa da Ressurreição e a Queima de Judas.

Importante também destacarmos as Folias do Divino que acontecem na cidade de Goiás, não de forma densa, pois este não é nosso objeto de pesquisa, mas sim por dar a devida importância por se tratar também de festas religiosas.

¹⁰ Segundo Carneiro, “o tradicional Canto do Perdão, em Goiás, é apresentado por 22 moças que cantam estrofes sobre o martírio de Cristo e pede-lhe perdão pelas ofensas que sofrera. Esta cerimônia tem sua letra tirada de um livro antigo e foi musicado por Frei Ângelo, um dominicano francês, conforme consta no Programa da Semana Santa da cidade de Goiás de 2004.

Almeida (2015, p.12) em seu trabalho Atlas de Festas Populares de Goiás, refere-se às festas populares sendo,

as festas de santos/as padroeiros/as são representações materiais e imateriais dos vínculos que ligam a cultura brasileira às heranças constituídas pelo credo religioso cristão católico. Essas foram reproduzidas pelas sociedades europeias no território brasileiro no período da colonização. Desta feita, as festas são demarcações simbólicas e espaciais que expressam as ligas identitárias que os indivíduos passam a ter com o lugar, a religião e o santo. A ocorrência dessas é garantida por um conjunto de práticas que se efetiva nas ordens social, religiosa, cultural, política e econômica. As festas de santos/as necessariamente são vivenciadas por meio de homenagens aos/as padroeiros/as na forma de novenas, trezenas, tríduos acompanhados de quermesses, levantamento de mastros, fogueiras, caminhadas, cavalgadas, desfiles, distribuição de comidas, bailes e romarias. Essas são importantes manifestações culturais que estruturam os lugares, por meio da teia de relações que envolve consumo, encontros, trocas e sociabilidades.

Sobre esse período do surgimento das festas religiosas no Brasil Colônia, a população portuguesa se utiliza de aparatos teatrais para representar o poder que exercia na monarquia. Lima (2017, p. 228) nos exemplifica bem esse momento,

o Império do Divino Espírito Santo surge num contexto em que o Estado se utiliza de aparatos teatrais e religiosos para representar o poder que efetivamente exercia na monarquia. Os rituais e símbolos ganharam um lugar oficial e a festa se realizava como uma extensão do sistema.

Saint-Hilaire (1975, p 96-97), o incansável viajante em suas andanças por Goiás no século XIX, foi o primeiro a registrar um giro de uma Folia do Divino na região, segundo o autor,

[...] encontrei na mata um bando de gente a cavalo, conduzindo burros carregados de provisões. Um dos homens levava um estandarte, outro um violão e um terceiro um tambor. Procurando saber o que significava tudo aquilo, fui informado de que se tratava de uma *folia*, palavra cujo sentido passarei a explicar. Já tive ocasião de dizer em outro relato que a festa de Pentecostes é celebrada em todo o Brasil com muita devoção e em meio a bizarras cerimônias. Tira-se a sorte, no final da festa, para saber quem irá custear as comemorações no ano seguinte. A pessoa sorteada recebe o título de Imperador. Para poder celebrar a festa com maior pompa e oferecer com condigno repasto, que é o seu fecho obrigatório, o Imperador sai recolhendo oferendas em toda a região ou encarrega alguém de fazer esse serviço. Mas nunca se desincumbe dessa tarefa sozinho. Leva sempre em sua companhia músicos e cantores, e quando chegam a alguma fazenda o pedido é sempre feito por meio de cantigas, em que se misturam louvações ao Espírito Santo. Os cantores e os músicos são geralmente pagos pelo Imperador, mas muitas vezes trata-se de pessoas que estão cumprindo promessas. Entretanto, quando recebem paga pelo seu trabalho, a quantia é sempre insignificante, pois não há ninguém que não considere uma obra altamente meritória servir dessa maneira ao Espírito Santo. Essas

coletas duram as vezes vários meses, e é ao bando encarregado de executá-la que é dado o nome da Folia. Cada paróquia, cada capela tem a possibilidade de reunir muita gente, pois a festa não é celebrada no mesmo dia em todos os lugares.

Assim, percebemos que os rituais pouco se transformaram do século XIX aos anos atuais, pois a participação da comunidade é algo rigoroso e tratado com muito respeito e adoração.

Sobre participações populares em festas, recorremos a Duvignaud (1983), para explicar que a participação pode ser dividida em duas partes: Festas de Participação e Festa de Representação. A Festa de Participação são as cerimônias públicas das quais todos podem participar. Podem ser festas de santos, onde primeiro se realiza o ato religioso e em seguida os festejos. A Festa de Representação são as que têm atores e expectadores, onde a maioria são os expectadores que estão ali devido a uma grande propaganda e divulgação da mídia. Neste caso, entende-se que as Falias são Festas de Participação e a Semana Santa se encaixa nas Festas de Representação. De acordo com o que foi apurado durante a pesquisa para este trabalho, a festa de São João da rua do Capim, caracteriza-se por ser uma Festa de Participação, visto que antes da celebração pública são realizados ritos como as novenas (que serão explicadas em passo a passo no capítulo 3 deste trabalho, a quase cerimônia de busca do mastro pelos capitães do mato, redação explicativa do rito no capítulo supra citado)

Duvignaud (1983, p. 154) menciona que, “no dia 2 de setembro de 1791, Thouret fez votar pela Assembleia um texto aditivo ao ato constitucional que oficializava a festa, quer dizer, a celebração das origens da Revolução”. Essa revelação aponta a regularização da festa.

De acordo com Soares, Tuma e Maia (2018, p. 13) as festas são comemorações,

as festas são celebrações que provém de tempos remotos e ocorrem nas mais diversas civilizações, sejam em castelos, praças, ruas, arenas, residências, ou em tantos outros locais por princípio destinados ou não a esse fim.

No debate que DaMatta (1997, p. 70) faz em relação a rua, “a categoria rua indica basicamente o mundo, com seus imprevistos, acidentes e paixões; a rua implica movimento, novidade, ação”. A Rua do Capim nos proporciona mergulhar em

todos esses adjetivos para compreendermos sua dinâmica há setenta anos. E é sobre esses aspectos que abordaremos no segundo capítulo.

CAPÍTULO 2

RUA DO CAPIM: LUGAR DE IDENTIDADES, AFETO E PERMANÊNCIA

Falar da Rua do Capim é falar sobre fraternidade, solidariedade, amizade e, sobretudo falar de laços afetivos. Uma rua composta por uma teia de significados plurais em sua dimensão religiosa, cujas devoções não interferem no fazer coletivo da festa que nasceu em seus ladrilhos: o “Arraiá do Capim”.

O festejo aqui estudado é considerado singularmente como uma das festas juninas mais bonitas e inclusivas. Ela envolve não apenas aqueles que são chamados para cuidar da sua estrutura, os festeiros da Rua do Capim (cujo nome é sorteado entre as pessoas dispostas a cuidar da festiva tarefa), mas também as crianças que cuidam dos enfeites e levantam mastros, pintam os muros junto com os seus pais e avós, além dos jovens e dos idosos, em seus interesses diversos encontram na festa, um momento de afeto, de reencontro com fazeres artesanais que dependem de tempo, força, habilidade e dos ensinamentos transmitidos oralmente por gerações de moradores da rua.

Adriana Baggio (2005) “explica que ao nomear os fatos, os objetos, as coisas sensíveis e insensíveis, o saber coletivo, se apropria do que é nomeado, passa a fazer parte do dia a dia daquelas pessoas” e assim posto, a festa aqui estudada, que responde por tantos codinomes : “Arraiá do Capim”, “louvor a São João Batista – Arraiá do Capim”, “Festa Junina do Capim” vai se estendendo por setenta e três anos, completados em 2019 em um dos logradouros a antiga Vila Boa de Goiás.

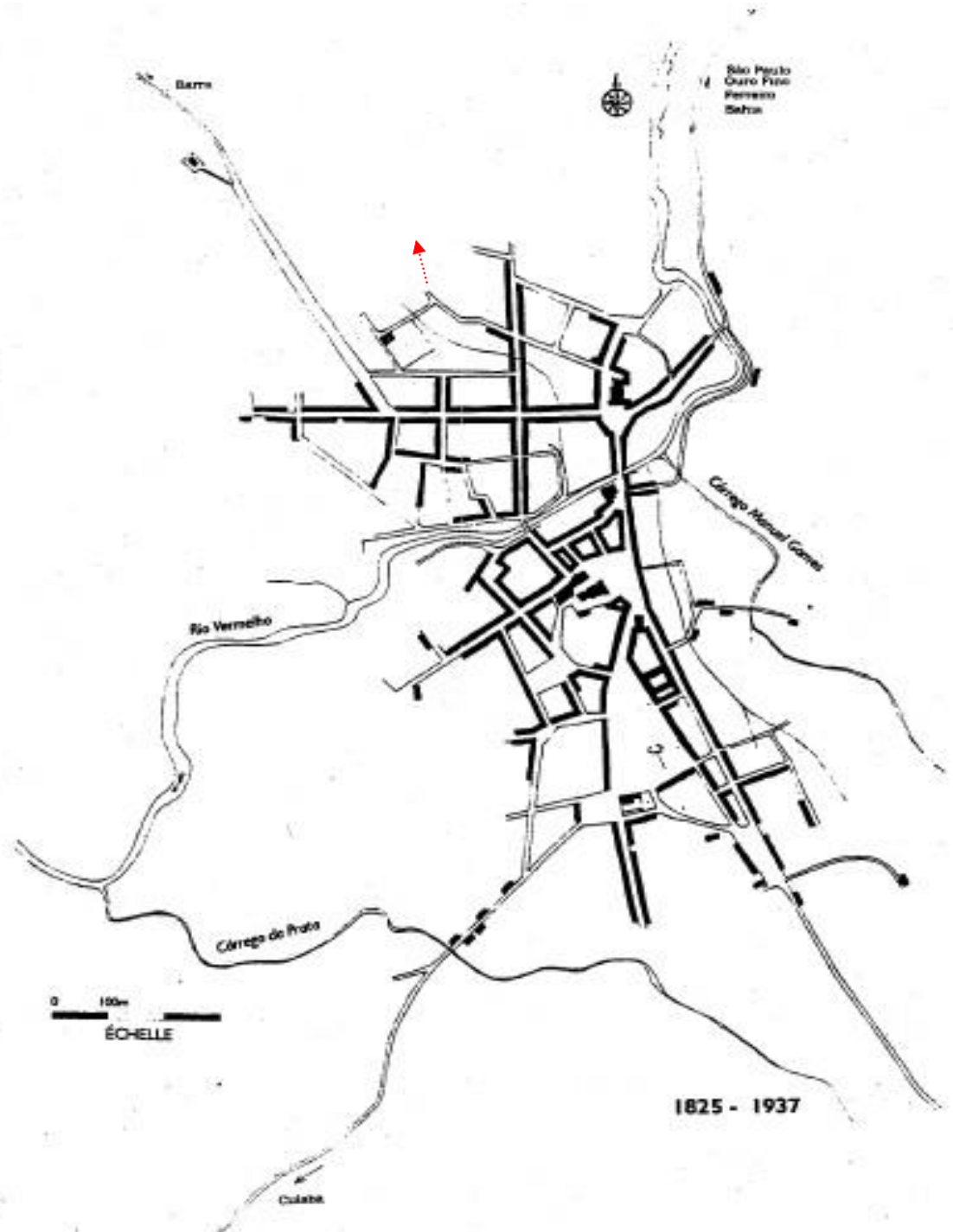
Neste sentido, verificamos a dimensão da religiosidade, como um todo, experimentada e proporcionada para os que organizam e/ou participam da festa, considerando sua tradição, sua relação de lazer e também suas representações culturais vivenciadas pelo coletivo, desde os preparos do que é servido durante o festejo e a festa como sociabilidade de uma comunidade na constituição de suas identidades.

A RUA COMO LUGAR DE IDENTIDADES E AFETOS

A Rua do Capim, assim afetivamente conhecida por seus primeiros moradores, data dos primórdios da constituição da cidade. No entanto, vale ressaltar

que oficialmente, a designação é Rua Conceição, localiza-se no Bairro Carmo, considerado periferia, embora sua localização seja próxima do centro histórico.

Ilustração 02 – Evolução urbana de Goiás 1825 a 1937, em destaque a Rua do Capim



Fonte: Proposição de inscrição da cidade de Goiás na lista de Patrimônio Mundial, 2001, p. 77, com intervenção da autora.

A intervenção, em vermelho, no documento, busca situar, mesmo que imprecisamente, a Rua do Capim que estava se constituindo, próximo ao ano de 1825.

Ainda sobre a análise da ocupação do espaço urbano da cidade de Goiás, Coelho (1996, p. 33-34) nos chama a atenção para o fato de que “suas praças apresentam-se mais como um alargamento das vias, criando largos, como são denominadas”. E segue apontando, a título de exemplo, importantes largos locais, como: do Chafariz, do Rosário e Largo do Capim.

Ilustração 03 – Largo do Capim



Fonte: Coelho (1996, p.35)

A designação afetiva da Rua do Capim remonta provavelmente à vegetação que devia ser abundante no local e que por razões diversas continuaram no imaginário local, em especial dos que ali passaram a habitar. A toponímia oficial Rua da Conceição, ainda pode remeter a uma santa do panteão católico, comumente padroeira de localidades e capelas no período da mineração, o que foi bastante

comum nas terras goianas (D'ABADIA, 2010), mesmo que a homenagem do nome oficial provenha do professor Joaquim Paulo da Conceição, um dos primeiros moradores do logradouro.

Destacando ainda a questão religiosa, a Rua do Capim compõe o Bairro do Carmo e fica próxima à Igreja do Rosário e da Igreja D'Abadia.

Ilustração 04 –Vista aérea Bairro do Carmo



Fonte: www.earth.google.com

Situado à margem norte do Rio Vermelho, o Bairro do Carmo, conta atualmente com mais de trinta logradouros entre ruas, travessas e becos. Ali estão situados, o Hospital São Pedro Alcântara, o fórum, o convento, o cemitério, sedes de serviços públicos federais, estaduais e municipais e comércios em geral. Além de referenciais culturais como o Museu Casa de Cora e o Espaço Cultural Goiandira do Couto. Abriga ainda café, bares, restaurantes, casas de doces tradicionais e pastelinho, e ainda hostel e pousadas.

A Rua do Capim, oficialmente Rua da Conceição é localizada paralelamente as Rua Santa Cruz e Rua Santa Bárbara. Próxima da Rua 25 de Julho e ainda da Rua Hugo Ramos, além de travessas cujos nomes não estão disponíveis nos mapas da cidade de Goiás disponíveis.

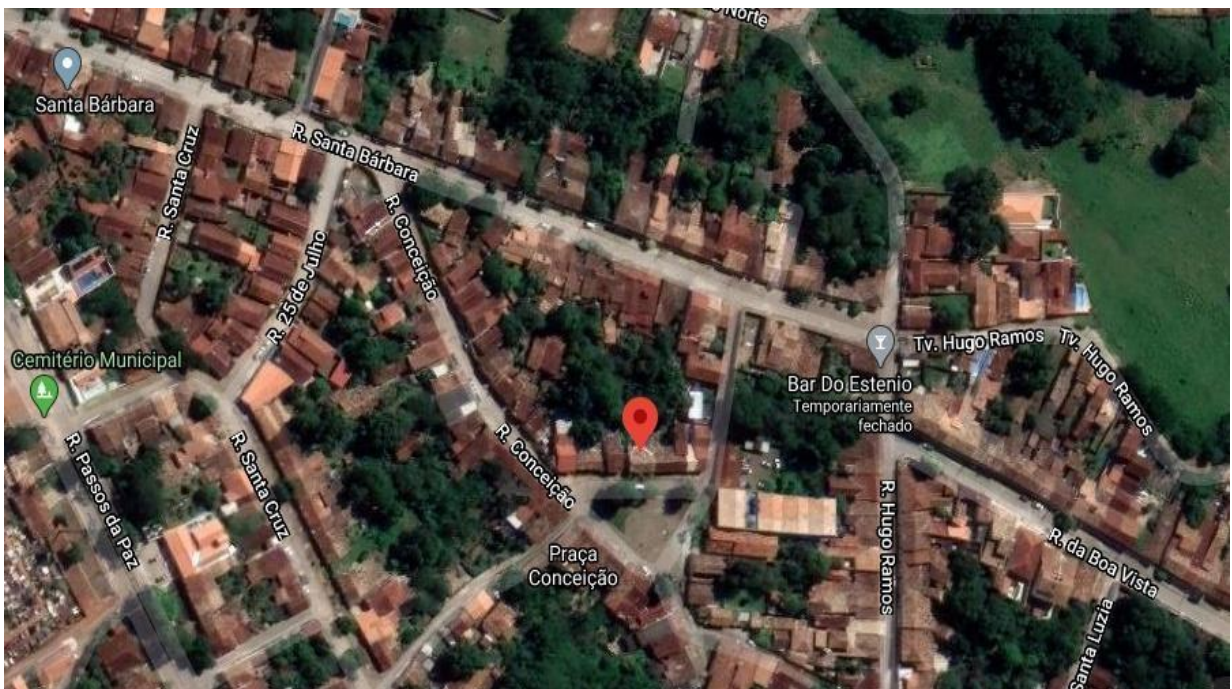
É ainda, e principalmente, uma rua residencial, por isso quase toda sua extensão é ladeada de casas dos dois lados. Entre as moradias e a rua, existem

estreitas calçadas que integram o privado ao público, a intimidade com a sociabilidade. DaMatta (1997, p. 55 – grifo no original) aponta que

é preciso notar também que a oposição *casa/rua* tem aspectos complexos. É uma oposição que anda tem de estática e de absoluta. Ao contrário, é dinâmica e relativa porque, na gramaticidade dos espaços brasileiros, rua e casa se reproduzem mutuamente, posto que há espaços na rua que podem ser fechados ou apropriados por um grupo, categoria social ou pessoas, tornando-se sua “casa”, ou o seu “ponto”.

A via pública de circulação urbana, com pouco distanciamento com a rua, às vezes é interdita para momentos festivos como a Festa de São João Batista, como abordaremos posteriormente, guardando particularidades históricas e mantendo o sentido de comunidade.

Ilustração 05 – Vista geral da Rua do Capim



Fonte: www.earth.google.com

Na cidade de Goiás, de acordo com os dados censitários, houve declínio populacional. O censo de 2010 contou 24.727 pessoas, enquanto a população estimada para o ano de 2019, ainda segundo o IBGE, era de 22.645 habitantes. O censo indicou uma densidade demográfica de 7,96 hab/Km², com maior

concentração na área urbana (www.cidades.ibge.gov.br). Após breves e importantes comentários sobre a população vilaboense, retornamos à Rua do Capim.

No entanto, vale ressaltar que as informações acima, baseadas em dados técnicos, não dão a dimensão do quão grande é a rua tanto para seus moradores ou para aqueles que a visitam. Assim como a pulsante geografia de uma cidade do interior onde a comunidade se apoia e se completa, a Rua do Capim se agiganta. Tanto a reinvenção do nome (em detrimento ao oficial), quanto à localização que indica uma pluralidade do espaço, trazida neste estudo e se revelando não apenas na devoção religiosa, mas também a diversidade de pessoas que ali habitam e que possuem várias profissões e graus de estudos diferentes, mas que dividem os muros, os afazeres e as tarefas enquanto comunidade.

Nesta rua, a vida cotidiana, torna-se bem lembrada pelas histórias, que se tornam fundamentais para reconhecer as expressões, bem como as que se misturaram e dão contornos aos novos saberes que formam a vida cultural dessa cidade.

Ilustração 06 - Largo da Rua do Capim (vista parcial)



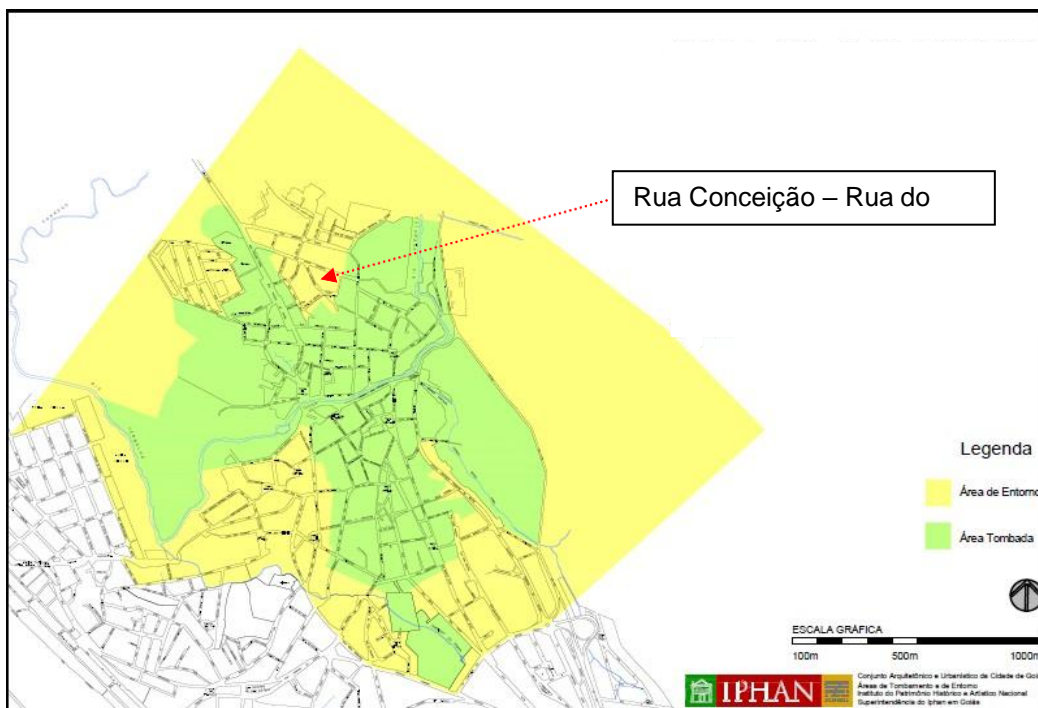
Foto: Ribeiro (2018)

O espaço apresentado é um Largo, denominação bastante recorrente no passado, conforme expôs Coelho (1997) acima, e que segundo o dicionário da Língua Portuguesa Mini Aurélio, “é um espaço que tem grande extensão de lado a

lado; amplo; extenso; espaçoso” (2010 p.458), mas também chamado de Praça do Capim por seus moradores e toda a comunidade da cidade. Ali não há grandes comércios, apenas vendas menores e familiares, aquelas denominadas popularmente por “tem de tudo” e neste sentido pode-se dizer que é rodeado apenas por residências.

Observando os domicílios que compõe a rua, é possível constatar construções em alvenaria, adobe, de taipa, ou balaço (tijolo) a reboque e/ou caiado de branco muitas delas geminadas conforme características da arquitetura colonial. Muitas mantiveram as portas e as janelas em madeira pintada com cores fortes, semelhante à arquitetura popular portuguesa encontrada no interior de Portugal, contrastando com a predominância das paredes brancas, muito comuns nos centros históricos goianos do período colonial, o que se faz possível a política de preservação, uma vez que a rua se encontra na área de entorno do Centro Histórico tombado pelo Iphan, o que permite a algumas residências, a variação de cores nas fachadas.

Ilustração 07 - Conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade de Goiás



Fonte: Escritório Técnico do IPHAN, cidade de Goiás, 2020, adaptado pela autora

Ainda sobre a variação cromática, que obedece a regras menos severas para as áreas de entorno, em que ocorre uma proteção “intermediária”, basta um olhar

mais atento para perceber um colorido bonito típico destas adequações na Rua do Capim. Segundo Beneduzi (2008, p. 22),

todos estes lugares de memória – dos quais participa o patrimônio cultural – articulam-se em um processo de elaboração narrativa do passado, na medida em que, mesmo (re)vocando uma experiência anterior para aqueles que a viveram, relatam uma época para “os outros”, os que não viveram em primeira pessoa o momento representado.

A cidade reconhecida nacionalmente como patrimônio da humanidade, de modo geral, possui uma enorme riqueza arquitetônica do período colonial, restituída e mantida, através dos órgãos competentes, para que sinta da maneira mais leve o possível, a passagem do tempo e de certa forma, possa eternizar um período histórico. Suas igrejas, coretos, museus, e é claro, seus chafarizes, nos levam a um passeio a outros momentos tempos-espaciais. As muretas, trabalho árduo dos escravos, se misturam às quedas d’água que garantem passatempo e repouso. Próximas à Rua do Capim há destaque para a casa da conhecida poetisa Cora Coralina¹¹ e a pintora Goiandira do Couto¹² que representa a arte goiana com dignidade ao pintar, com os pós da Serra Dourada, quadros ímpares.

Ao adentrar-se ao Largo da Rua do Capim, defronte ao beco que dá acesso a uma de suas entradas, avistamos um busto masculino, simbolizando um dos primeiros moradores do logradouro e conseqüentemente um dos pioneiros da festa de São João Batista. O homenageado é Joaquim Paulo da Conceição, que leva seu sobrenome à rua e ao largo, devido a sua grande contribuição para com a cultura local, por meio da educação, pois em seu tempo foi consagrado como grande professor rural.

Quando um grupo elege uma figura para ser representada através de um monumento ou designação, o espaço dentro daquela comunidade escolhido para que ele seja enfim edificado, não é aleatório. De acordo com Leonora Azevedo Oliveira que ao estudar a relação entre patrimônio e monumentos, destaca que, “este espaço deve favorecer as práticas sociais que estimulam a memória, pois os monumentos são poderosos meios de comunicação” (2018, p.47). Sendo assim,

¹¹Cora Coralina, pseudônimo de Anna Lins dos Guimarães Peixoto Bretas, foi uma poetisa e contista brasileira. Considerada uma das mais importantes escritoras brasileiras, ela teve seu primeiro livro publicado em junho de 1965, quando já tinha quase 76 anos de idade, apesar de escrever seus versos desde a adolescência (CORA CORALINA, 2006).

¹²Inventora de uma técnica que a tornou famosa internacionalmente, Goiandira do Couto começou a extrair areias coloridas da Serra Dourada, a partir da década de 1950, chegando a 515 tonalidades da areia com as quais criou suas telas em que se destacava a paisagem da Vila Boa em Goiás (UNES, 2008).

difícilmente será um local escolhido ao acaso. Logo a escolha por erguer o monumento à entrada principal da Rua do Capim, denota o ponto simbólico onde a pessoa do professor Joaquim tem espaço.

Para Oliveira (2018, p. 17), estas representações, são construções humanas que conferem sentido ao imaginário de determinado lugar. Conforme as gerações vão conferindo significado, o caráter simbólico do monumento vai ganhando outro contorno, ora sendo representado de uma forma, ora transformando esta narrativa em outra punção interpretativa. Ou seja,

as diferentes formas de interação que têm os monumentos como materialidade, indicam pelo menos duas perspectivas em relação à memória e à identidade. Na primeira perspectiva as funções para as quais os monumentos foram construídos estão mantidas. Neste caso, o processo cultural preserva as práticas originais que deram origem aos monumentos. Essas práticas podem sofrer algumas alterações, mas são elas que garantem a criação e a manutenção da memória e da identidade. Na outra perspectiva, os monumentos não mais exercem sua função original e as práticas indicam diferentes interações.

Confere aos moradores, um ar de solenidade, ter o busto de um dos pioneiros de sua história local, tão próximo ao seu cotidiano, impondo a esta figura um imaginário que possibilita ainda mais legitimidade à festa. A homenagem ali no largo, materializada, permeia o imaginário local e o sentido de identidades e afetos, a partir da premissa de se aquele que a concebeu, assiste a tudo nesta simbólica imortalização, é um empenho de todos manter vivo o que o símbolo significa: pioneirismo e tradição.

Na placa afixada junto ao monumento do busto, logo após nome e datas de nascimento e de falecimento consta “Ao abnegado mestre e honrado cidadão, a homenagem da Administração Municipal”. O Professor Joaquim Paulo da Conceição é lembrado ou referenciado pelos que habitam o local com grande carinho e afeição, um exemplo não só para os integrantes da comunidade, mas também um monumento para os cidadãos da cidade de Goiás.

Sua inauguração foi feita na data de julho de 1981 pelo prefeito em exercício Djalma de Paiva, do qual era amigo. Esta amizade se estendia à família do chefe do executivo em exercício, o irmão deste, Dário de Paiva Sampaio, o qual também já tinha sido prefeito da cidade entre os anos de 1970 a 1973, pelo partido da época o MDB. A amizade com os irmãos lhe rendia a confecção das cartas feita pelo professor, para que os candidatos à época fizessem seus discursos nos comícios,

assim como relata a moradora A, filha do professor e uma grande participante da festa,

[...]meu pai não chegou a candidatar não, eu que ia candidatar a vereadora, aí minha mãe depois falou que não, que não podia não. [...] Ele era do PMDB, sempre fomos PMDB. Meu pai era quem escrevia as cartas dos comícios para o Djalma. Era os três irmãos, Djalma, Dário e Derval, os irmãos coragem.

Ilustração 08 - Busto Joaquim Paulo da Conceição



Foto: Ribeiro (2018)

Esta escrita, que hoje é tarefa de grandes publicitários políticos, conferiu ao professor, prestígio na classe. Pode-se dizer que a própria festa, com todas as dificuldades do período, foi possível com o apoio burocrático da classe política cujos discursos eram originários da mente de Joaquim. O busto do Professor é um símbolo para representar o quanto ele foi e ainda é importante para a comunidade.

Um exemplo de cidadão, que muito contribuiu para com a cidade no período em que exerceu seu ofício de professor rural, conforme nos relatou a moradora A.

Deste modo, o busto representa também uma herança para a família, elegendo-o como um grande exemplo de pai e avô.

Realizar o festejo às vistas simbólicas do busto de um de seus idealizadores é trazer às gerações vindouras a importância da pessoa do Professor Joaquim da Conceição, pois sem reavivar esta memória, o monumento torna-se um mero objeto, não tendo valor identitário ao grupo. Como relata Azevedo: “Uma das funções dos monumentos se vincula à ancoragem da memória. São as práticas culturais associadas aos monumentos, tais como rituais e datas comemorativas, que criam e mantêm especialmente a memória longa” (2018, p. 49). Daí a importância de reforçar quem foi, o que fez e de que modo sua relação com a sociedade vilaboense, da sua época, permitiu que a festa de São João Batista nascesse em uma localidade tida como periférica. Esta construção narrativa é importante para que se crie um vínculo real com a figura posta no principal local da rua e para não restar ao Professor Joaquim da Conceição uma memória, contada por contar, mas com sentidos, significados e relevância para a permanência e continuidade do festejo. É como se em eco a comunidade dissesse, *“sim ele foi o primeiro e nós nos reinventaremos em torno do seu exemplo”*, (grifo nosso) e isso só é possível com a constante renovação e memória sobre sua pessoa, criando laços afetivos e identitários com as gerações que vieram posterior a ele.

REDES DE SOCIABILIDADE E PERTENCIMENTO DO ESPAÇO

Sentir-se pertencente a um determinado lugar, perpassa por categorias muito subjetivas: uma lembrança, uma migração de antepassados, laços instituídos a partir das relações estabelecidas entre pessoas que dividem este espaço. Beneduzi explica que este processo de reforço da identidade do grupo, cria continuidade temporal e vínculo com o passado coletivo, “nele, as múltiplas leituras de vestígios do passado são marcadas por sensibilidades de sujeitos e de temporalidades históricas e se inserem em processos de sociabilidade” (2008, p.25).

No sentido de compreender estes processos, pode-se investigar as impressões dos moradores do lugar onde se procura responder estas questões, para tanto, as conversas em cunho de pesquisa com aqueles que sentem este pertencimento, são essencial. Em uma entrevista com a moradora B, questionei-a,

por exemplo, como era a rua em seu tempo. Ela conta que o local onde acontecia a festa era tomado por capim:

[...] era capim, tinha que capinar. A praça aí era capinar, capim, capim mesmo era grama. Assim, o pessoal falava que era grama, mas era capim mesmo a gente tinha que capinar, aí juntava fazia aquele mutirão de gente tudo capinando, limpando, carregando lixo, aí ficava limpim. Aí jogava água, fazia o salão de dança na praça mesmo, fazia o salão de dança, aí levantava aquela poeirona, o pessoal ficava tudo com pé sujo de terra, porque levantava terra mesmo [...]

A rua era palco de alegria, o espaço para reunir a comunidade em prol dos objetivos de louvar São João Batista e desfrutar do lazer que o espaço lhe proporcionava e proporciona até os dias atuais.

Com o desenrolar da conversa, o saudosismo tomou conta das palavras da entrevistada e a descrição ficou mais detalhada. O fazer da festa para essa moradora era tão importante que passou a fazer parte de seu calendário de férias na época em que estudava o segundo grau, nas proximidades do que hoje conhecemos como cidade de Brasília. Naquela época, conforme a memória permite, a moradora B nos diz ter seus quinze anos e todo mês de junho se deslocava para a cidade de Goiás para ficar perto de seus familiares e conseqüentemente, participar da festa. Mas as lembranças são anteriores a esse período dos anos cinquenta, relata que desde os seus seis anos de idade ela ajudava no fazer da festa,

[...] desde quando eu tinha seis anos eu lembro, eu era pequena eu ajudava esse povo e nós ia pro mato panhar lenha. Eu era pequena e trazia um feitinho de lenha na cabeça e vinha, vinha gemendo e jogava aí pra de noite nós aproveitar, acender a fogueira...a meninada tudo ia pra rua [...]

Outra entrevistada, a moradora C, que reside na rua desde o seu nascimento há trinta e oito anos, nos relatou que sempre participou da festa, mas há 21 anos participa ativamente das funções. Perguntada de sua função dentro da festa, a mesma moradora nos responde que tem a função de um “faz de tudo, desde o planejamento até a bandeirola esticada”. Hoje além de todo o trabalho exercido no fazer da festa, a moradora C monta a sua barraquinha para vender comida e tirar uma renda extra. Segundo ela, o fato curioso que ficou marcado em sua memória era o grande desejo de ser noivinha, mas que isso nunca aconteceu: “quando

pequena sempre tive vontade de ser noivinha, mas minha avó nunca permitiu porque senão eu não casaria, o que não adiantou muito (risos)”.

As superstições são parte do folclore das festas juninas, ninguém sabe exatamente como começa, mas alguém diz que tal ação não pode ser feita daquela maneira e floreia o motivo, e dá o tom da narrativa, amedrontando os mais novos, que assim aprendem e repassam aos seus mais novos. Estas tradições, que podemos dizer que são inventadas e recriadas, surgem de acordo com o que cada ator social, dentro da festa, vai mantendo, forjando e recriando e acabam por tornar o que é invariável ou instável em prática fixa e formal, porque se repetem e de tanto serem encenadas acabam se tornando parte dos atos, como se sempre tivesse sido desta forma (HOBSBAWM; RANGER, 1997). Neste sentido a autora Mônica Martins Silva (2011, p. 214) explica que,

a História enquanto disciplina pode desmistificar, ratificar e até mesmo fundar versões e opiniões sobre algo. Desse modo, o seu papel não seria propriamente o de balizar a legitimidade das tradições já que elas são construções humanas e não uma experiência objetiva, necessitando, assim, serem abstraídas, logo imaginadas, para serem corporificadas como parte da história que seria “impossível e inconcebível” fora da imaginação produtora ou criadora, do que chamamos de imaginário. Nesse sentido, a história se estabelece enquanto rede sógnica, com uma linguagem dentro de um mundo social cada vez mais constituído e articulado em função de sistemas de significações.

Desta forma, percebe-se uma busca de uma identificação com experiências passadas, que é ditada pela memória coletiva e se reforça enquanto acontece novamente, solidificando as identidades locais por meio da festa. Esta lembrança que não se apoia exatamente no que o indivíduo se recorda, pelas suas próprias lembranças, mas na confiança da lembrança do outro. (HALBWACHS, 1968). Efetivamente há um ponto de referência, um quê de *“alguém me disse”* misturado com *“sempre foi assim”*, elementos que estruturam a memória. O que foi vivido *“pela mãe da minha avó e que hoje eu posso reviver do meu modo, reinventar e criar minha própria tradição”* (grifos nossos)

O Arraiá do Capim faz com que seus moradores possuam uma narrativa a parte da história recente da cidade de Goiás, isto porque estes se destacam por organizarem um encontro com o sagrado que independe do calendário oficial da cidade, do turismo nacional e dialoga com a religiosidade tão forte que existe há séculos na região. Em certo sentido, as escolhas de preservação ou reinvenção,

refletem um determinado olhar sobre o grupo - por parte de quem o observa- constitui-se no festejo, a própria identidade dos moradores.

Mesmo que não exista um protocolo que dita o que entra e o que sai em cada ano, no fazer do arraial, esta escolha é contínua, pois reflete a vontade da comunidade em análise, mesmo que de forma lúdica, o que deve ser recordado e o que pode ser inserido de acordo com as práticas que são vivenciadas. Beneduzi (2008, p. 22) reforça esta ideia quando diz que

esta relação está presente, por exemplo, na organização do espaço, na localização dos objetos, na elaboração da cena, na coreografia das danças, no funcionamento das máquinas; porque este conjunto constitui-se parte de um processo de associação de ideias, entre o objeto e o espaço no qual ele se insere, entre o passado e sua ressurreição/explicação.

No documentário “Quadrilha Rua do Capim” de domínio público, produzido pelo Museu da Memória e da Imagem do Colégio de Aplicação, esta negociação coletiva fica clara na narração feita pela entrevistada D¹³, festeira do ano de 2012, onde ela explica que o que é servido de comidas menos tradicionais, aos que participam da quadrilha, por exemplo, varia de festeiro para festeiro. Em um ano, onde é servido um grande café da manhã em agradecimento a todos os envolvidos, no outro pode ser repetido, mesmo que não seja tradição. O que era novidade acaba se fixando porque a comunidade agrega aquele momento como sendo parte da própria festa.

Nesta negociação coletiva, que envolve seleção, memórias revisitadas, esquecimento, o que se preserva é aquilo que está em sintonia com o momento presente, aquele elemento que torna possível uma narrativa coesa aceita respeitosamente por todos a respeito das experiências passadas. É claro que este crivo é muito sensível, como conta a entrevistada D, que narra o documentário, e que explica sobre a obrigatoriedade tradicional da festa ser celebrada no dia 23/06, de cada ano, e como ela adequou à realidade da festa que estava sob sua responsabilidade a esta exigência coletiva,

dia 23 dava numa segunda feira e como não pode fugir do dia 23, pode dar o dia que for, é tradição, então eu quis jogar três dias de

¹³ Aqui identificada como entrevistada D, por ordem metodológica, e para que o leitor possa localizar a interlocução de modo mais prático, porém a entrevista consta no documentário “Quadrilha Rua do Capim” de domínio público, produzido pelo Museu da Memória e da Imagem do Colégio de Aplicação (2012), e não foi realizada pela pesquisadora deste trabalho.

festa: sábado, domingo e segunda. Foi uma coisa muito corrida, muita preparação, mas como a gente sempre conta com as pessoas, e eu tenho muito o que agradecer, porque eu contei com muita participação, muito apoio de várias pessoas. Na cortagem das palhas, na cortagem das madeiras, para fazer as barracas, porque a gente tem um cartaz para poder dividir todo mundo a comunidade da nossa rua para poder participar conosco da festa. (entrevistada D, festeira, documentário *Quadrilha do Capim*, Colégio de Aplicação)

Este envolvimento da comunidade é atestado nas imagens do documentário produzido pelo Colégio de Aplicação, que realizou as filmagens às vésperas da Semana Santa. Dentre as pessoas que estão auxiliando na montagem do palco, na decoração, no ir a vir das folhagens e bandeirinhas, há crianças, idosos, jovens, prestadores de serviço do município, todos em uma sintonia que é percebida em cada gesto. Isso se desenha também, no depoimento que segue estas imagens (exemplificadas na ilustração 09) narradas nestes parágrafos, onde um menino explica de que modo participa do festejo: “eu ajudo nas bandeirolas, compro folha de seda, corto as bananeiras e tudo que a festeira pede eu faço e tô sempre aqui”.

Dizer “*faço tudo que a festeira pede*” é reconhecer a importância desta autoridade dentro da hierarquia da festa do arraial, onde os participantes acatam as orientações de quem por meses planejou, buscou soluções, conversou com os festeiros das edições anteriores e visualizou o melhor modo de tocar a festa à diante.

Ilustração 09 - Comunidade envolvida na decoração da festa do Capim



Fonte: Imagem congelada durante alguns trechos do documentário: *Quadrilha do Capim*, produzido pelo Colégio de Aplicação e disponibilizado no Museu da Imagem e Memória de Goiás;

A comunidade nos revela em seus depoimentos e com seus fazeres que a festa não é estática, ela é viva, se movimenta de acordo com o tempo que está inserido, com os atores que se revezam no seu manejo; assim, o jeito que ela aconteceu em um ano pode não funcionar na edição presente, e isto não é uma regra, é uma conversa comunitária, em um retorno de tudo que já foi feito e pode ser refeito de outro modo.

A seguir apresentamos um registro fotográfico do espaço onde acontece o festejo com a quadrilha, o forró e o baile durante a festa de São João Batista na Rua do Capim. A decoração é toda com bandeirolas vermelhas e brancas, a cor escolhida há décadas pela comunidade para o cenário da festa. Embaixo da tenda moradores/expectadores aguardam a chegada dos demais participantes o início do arraial.

Ilustração 10 - Praça do Capim, enfeitada para o festejo



Foto: Ribeiro (2019)

A entrevistada E¹⁴, em seu relato, abre os depoimentos do documentário supra citado, explicando os elementos que foram agregados durante os anos em que acompanha o festejo

[...] tinha muitas moças que participavam da festa e elas logo me convocaram para ser a próxima festeira. Neste ano (*o ano em que ela foi festeira*¹⁵) a gente começou o leilão, a gente arrumou um conjunto bom para tocar e daí a festa sempre continuou boa, cada vez melhor [...] ah, e a festa junina é a festa da pipoca, quentão, leite de onça, são estas coisas. E agora tá uma festa grande né? Então tem várias repartição, comes e bebes já maior né? E o forró, sempre costumava amanhecer né? Agora hoje já não amanhece mais, mas este tempo que eu estou dizendo aí pra traz o forró amanhecia, era sanfoninha surdo, pandeiro, mas amanhecia. Tinha a quadrilha, depois da quadrilha e o forró [...]

A moradora, conta ainda, que antes a fogueira era alta, mas houve proibições por conta do risco de incêndio nas novas instalações de eletricidade. Que diferente do centro histórico onde esta fiação é subterrânea, nos bairros periféricos segue a estrutura comum das instalações elétricas dos centros urbanos brasileiros, ou seja, por cima e ligada a postes. O tempo impõe mudanças práticas, adequações, a comunidade se reorienta, fazendo o que é possível dentro do que é tradição, e o que pode ser recolocado. Sobre o rito a moradora completa:

[...] aí uma fé que as pessoas têm com São João né? Então cada um traz seus filhos para ser batizado, uns arrumam os padrinhos aqui na festa mesmo, outros trazem os padrinhos de casa, aí arruma um casal pra ser os padrinhos e faz o batizado na frente da fogueira. Tem várias coisas boas que passou né? Mas tudo bom fica na lembrança boa que a gente tem. A festa é boa! (entrevista ao documentário Quadrilha do Capim)

O reconhecimento do modo como a festa acontecia e maneira como ela acontece hoje, a concordância mesmo mantendo na memória um modo de celebrar saudosista, faz parte do imaginário coletivo do festejo. A possibilidade de recriar as cerimônias, de ser o sacerdote, mesmo que não de forma canônica, mas ter sua voz e tradição respeitadas renova, as emoções vivenciadas em determinado momento da sua história e de acordo com Beneduzi “permite ao expectador/participante essa

¹⁴ Aqui identificada como entrevistada E, por ordem metodológica, (pelo dato dos outros entrevistados estarem seguindo as letras do alfabeto em ordem crescente) e para que o leitor possa localizar a interlocução de modo mais prático, porém a entrevista consta no documentário Quadrilha Rua do Capim” de domínio público, produzido pelo Museu da Memória e da Imagem do Colégio de Aplicação (2012), e não foi realizada pela pesquisadora deste trabalho

¹⁵ Nota explicativa da transcrição do vídeo do Museu da Imagem e Memória do Colégio de Aplicação.

sensação de presença da experiência passada, de recuperação de um eu que se pensava perdido, mas que estava apenas adormecido” (2008 p.26).

Outro depoente, do documentário, reforça a importância do festejo, dentro da cidade de Goiás, “acredito eu que a festa da Rua do Capim, é uma festa mais antiga da cidade de Goiás” (Documentário Quadrilha Rua do Capim, 2012).

Posto isso, a festa socializa e auxilia a comunidade na constituição da sua identidade, pois perpassa a dimensão da memória, está repleta de representações sobre os acontecimentos e os não acontecimentos do que foi vivido realmente. É esta linha sensível que reforça a identidade dos moradores da Rua do Capim, porque é possível visualizar uma continuidade temporal, um vínculo com o passado coletivo (BENEDUZI, 2008). O que era feito e aquilo que é possível fazer com os elementos que estão à disposição no presente.

Esta forma de ler os sinais sensíveis do passado, através das experiências individuais ou do grupo, revela uma escrita histórica dos moradores da Rua do Capim, onde tudo é feito e preparado pelos e para os residentes da rua que recebem com orgulho pessoas de outros bairros para participarem como expectadores da celebração. O sentir-se parte da comunidade faz acontecer o Arraiá do Capim, é um momento de sensibilidade para os filhos da Rua Conceição que se reinventam ano a ano para tornar a festa daquele ciclo mais inesquecível que a anterior.

Ainda que distingamos que cada indivíduo possui um jeito de agir, de entender a vida, é importante compreender que o seu eu, individual é um desdobramento de uma consciência coletiva que se originou nos processos de socialização. Ninguém se dá por si mesmo, ou acontece só. A própria individualidade é a soma de vários coletivos que aquela pessoa teve acesso durante toda a sua história (GEERTEZ, 1989).

A história nos mostra que quando se trata da formação de um grupo social, esta pode estar associada às tradições que o tempo se encarrega de moldar, ou seja, a forma como os sujeitos projetam, escolhem e se relacionam com suas celebrações. Elas estão condicionadas a diversas flutuações subjetivas. Outro importante ponto é que elas dão sentido de identidade e podem relacionar-se com as preferências do grupo, em termos, de interação com os demais grupos.

Segundo o sociólogo Florestan Fernandes em seu livro *Comunidade e Sociedade* (1973, p. 117),

os seres sociais – os homens – expressam sua natureza criando ou recriando uma organização que guia e controla o seu comportamento de inúmeras maneiras. Essa organização – a sociedade – liberta e limita as atividades dos homens, estabelece padrões que eles devem seguir e manter: quaisquer que tenham sido as imperfeições e tiranias que ela tem mostrado na história humana, é uma condição necessária a toda realização da vida. A sociedade é um sistema de costumes e processos de autoridade e auxílio mútuo, de muitos agrupamentos e divisões, de controle de comportamento humano e das liberdades. Esse sistema complexo, que está sempre sofrendo modificações chamamos Sociedade. É a teia das relações sociais. E está sempre mudando.

Mesmo com esta noção do coletivo, é importante ponderar, que a maneira como os indivíduos se organizam socialmente, propicia ainda mais sentido as diferenças. Não sendo possível nem afirmar que os indivíduos que vivem em uma mesma época, são realmente contemporâneos, já que não sentem as mesmas coisas, segundo uma série de ramificações: gênero, idade, classe social que está inserido, localização, tradição ou cultura que formou sua individualidade. Desta maneira uma festa que agrega tantos elementos e que tenha apreciação popular pode formar ou agregar grupos a partir de origens e particularidades distintas. Para Brandão (2015, p.32 – grifo no original),

os rituais, os festejos e as celebrações comunitárias podem ser divididos/as, a um primeiro olhar, em uma múltipla assistência do que está acontecendo, *versus* grupos de pessoas que fazem acontecer os diferentes momentos de um ritual ou de toda festa popular.

O autor acrescenta ainda que na verdade, “de um lado ou ‘de outro’ do que acontece, as pessoas presentes em uma festa popular estão, cada qual a seu modo, participando dela”.

Assinalamos que as festas são plurais em suas motivações. Quase sempre diferentes pessoas podem participar dos preparativos, da organização dos momentos pré, durante e pós-festa. Para Duvignaud (1983, p.68),

a festa se apodera de qualquer espaço onde possa destruir e instalar-se. A rua, os prédios, as praças, tudo serve para o encontro de pessoas fora das suas condições e do papel que desempenham em uma coletividade organizada. Então, a empatia ou a proximidade constituem os suportes de uma experiência que acentua intensamente as relações emocionais e os contatos afetivos, que multiplica ao infinito as comunicações, e efetua, repentinamente, uma abertura recíproca entre consciências na medida que a festa não mais necessita de símbolos e inventa as suas figurações que desaparecem, muitas vezes, em seguida, perceptível. Sistemas de metáforas.

Por meio de símbolos criados passamos atribuir os sentidos para o mundo em nossa volta. Nesse propósito, é a partir do imaginário que criamos nossas representações, que por vezes, tornam-se mesclas entre as concepções do que é verdadeiro e do que é aparente. As representações emergidas do imaginário se efetivam como construções concretas e/ou verdades, a contribuição de Barros (2005, p. 92-94), reforça essa ideia ao ressaltar que,

[...] uma realidade tão presente quanto aquilo a que poderíamos chamar de vida concreta, uma dimensão tão significativa das sociedades humanas como aquilo que corriqueiramente é encarado como realidade efetiva [...] sistema ou universo complexo e interativo que abrange a produção e circulação de imagens visuais, mentais, verbais, incorporando sistemas simbólicos diversificados e atuando na construção de representações diversas

Entendemos que as festas representam uma das possibilidades de lazer, além de possuírem outros componentes como o pedagógico, abordagem destacada por Ribeiro Júnior (1982, p.50),

a festa é uma forma de celebração. A celebração tem como ponto de partida e de referência um evento histórico, passado ou possível, cujo significado é vivenciado ritualmente por um grupo. Celebrar é fazer a afirmação da vida e da alegria, a despeito do fracasso e da morte. [...]

O calendário de uma festa religiosa é marcado pela alternância entre prazer e devoção, em um acordo comunitário estabelecido, seja pelo dogma ou pelo costume. Porém, mesmo que haja obrigações durante o festejo, a maior quebra destas obrigações continua sendo não desfrutar do que o momento pode oferecer. Isto porque, existe uma agregação entre festa e lazer. Isso acontece, muitas vezes, por conta da ideia que se tem de que as festas, independentemente de sua natureza, são uma das várias opções de repouso das obrigações sociais, existentes. Nesse sentido, a festa ocorre entre espaços e pessoas, de forma intercambiante, uma vez que os momentos festivos só existem em decorrência das interações pessoais.

Durkheim (1989) salienta que a festa, permite às pessoas, momentos de sociabilidade e aproximação social dos diferentes grupos. A festa limita as diferenças, e o indivíduo desenvolve um sentimento de pertencimento ao local do festejo social. Dessa forma compreendemos que as festas religiosas têm o objetivo

de unir as pessoas em prol da adoração ao seu santo ou seu deus, proporcionando nelas a felicidade que provém da celebração consistindo na união. Segundo o autor (1989, p. 547-548),

[...] a ideia mesmo de uma cerimônia religiosa de certa importância desperta naturalmente a ideia de festa. Inversamente, toda festa, mesmo quando puramente laica em suas origens, tem certas características de cerimônia religiosa, pois, em todos os casos ela tem por efeito aproximar os indivíduos, colocar em movimento as massas e suscitar um estado de efervescência, às vezes mesmo de delírio, que não é desprovido de parentesco com o estado religioso.

As representações culturais são construídas por meio das relações sociais, e pelo pertencimento do lugar que os indivíduos podem (ou devem) ocupar. De acordo com o que foi analisado, o lugar social no qual os moradores da Rua do Capim atuam, é validado através dos processos de socialização e interações entre eles, durante todo o ano, e se reafirmam mais intensamente no período de organização e do desfecho da festa.

Assim, a Rua do Capim, produz uma festa coletiva na qual os participantes estreitam suas identidades através de práticas que reafirmam este pertencimento. O tamanho e o alcance da sua rede de sociabilidades é o que garante o sucesso da festa local em homenagem a São João Batista. Esse feitiço coletivo e identitário é o componente que permite que o Arraiá do Capim seja considerado por muitos daqueles que um dia moraram na rua, ou que participaram da festa em algum momento em suas edições passadas, como uma ocasião para um retorno às suas localidades de origem ou de referência e identificação, a tal ponto que quando se aproxima a semana da festa, muitos se organizam apenas para ali estar, mesmo que morem, por vezes a quilômetros de distância.

CAPÍTULO 3

LOUVOR A SÃO JOÃO BATISTA DA RUA DO CAPIM

A função recreativa e libertadora das festas, sejam elas religiosas ou não, tem a função de ser o excesso que não é somente permitido, mas obrigatório (AMARAL, 1998 p. 42). Festejar é proibir que aquilo que geralmente não é permitido, seja proibido. Confuso? Basta um olhar mais crítico a qualquer celebração onde algum espectador/participante esteja destoando dos demais atores da celebração: amuado, triste em um canto. É uma festa, não é permitido não se divertir! Rita do Amaral (1998, p. 43) teoriza que uma festa “manifesta a sacralidade das normas da vida social corrente por sua violação ritual; é alteração da ordem, inversão dos interditos e das barreiras”.

Uma festa tradicional, santificada, para determinado grupo, flerta com a ambiguidade entre o sagrado e o profano, entre a cerimônia que é o respeito ao culto, ao que é sacro, e a permissão de demonstrar alegria, regozijo. Há uma negociação invisível deste duo, como se a permissão de um determinado comportamento fosse julgada pelas ações em outro.

De acordo com Ana Rego Souza (2007), não importa o ângulo que as festas são analisadas, fato é que estas celebrações estão ligadas aos domínios da cultura que são essenciais para estruturação da vida social.

Nesta dança, entre o que é obrigatoriamente permitido e o que não se pode deixar de fazer, que tradicionalmente, há mais de setenta e três anos, no mês de junho, a comunidade da Rua Conceição, protagoniza uma das festas mais populares mesmo sem divulgação oficial, a Festa Junina em Louvor a São João Batista – Arraiá do Capim.

As festas em louvor a São João, santo que de acordo com a crença foi o responsável pelo batismo de Jesus Cristo nas águas do Rio Jordão, tornam-se para o Brasil, parte de representações de cunho religioso, de lazer, de turismo. Desde a infância as festas de junho são vividas nas atividades escolares, da igreja, das comunidades, por meio das brincadeiras que abordam fogueiras, balão, o vestir tradicional, as comidas e brincadeiras típicas do período, como as quadrilhas e quermesses. As tradições católicas do país, têm suas raízes mescladas

culturalmente, muitas ganharam destaques ou foram ressignificadas com o tempo. Sobre as festas em louvor a São João, tão cultuado na crença católica, Côrtes, (2000, p. 22-23) destaca que:

[...] em junho comemoram-se os festejos em homenagem a três santos do mês. São as chamadas “festas juninas” que têm início em 13 de junho, dia de santo Antônio. [...] Dia de São João é 24 de junho, o ápice das festas juninas. As fogueiras, símbolo máximo da comemoração, estão relacionadas às tradicionais festas pagãs existentes na Europa antes da chegada do cristianismo, realizadas em homenagem aos deuses da fertilidade, em que se comemoravam as boas colheitas e o fim do inverno. [...] A adoração a São João era tradicional na Península Ibérica e foi, portanto, trazida ao Brasil pelos jesuítas.

Diante da devoção a São João Batista entre os moradores da Rua Conceição, a festa já perdura por mais de sete décadas e mantém características identitárias e de afetos que acabam por contribuir com a rede formada pela comunidade. Assim, a divulgação passou a ser por cartazes que são produzidos a cada ano, de acordo com a criatividade, a necessidade e a disponibilidade do festeiro. A título de ilustração trouxemos imagens destes cartazes referentes a dois anos, de 2017 que remonta a septuagésima primeira festa e de 2019, quando ocorreu a festa em louvor a São João Batista de número 73, na Rua do Capim.

O impresso de 2017, conta com o colorido típico das publicações juninas, o cartaz traz em seu cabeçalho, a informação sobre qual edição a festa se encontra, junto à imagem do busto de São João Batista e bandeirolas. Na parte central, com fundo vermelho, anuncia as principais atrações, com data, imagem e nome dos artistas responsáveis pelas apresentações (que são bastante ecléticas no gênero musical), duas apresentações sertanejas, uma de samba e uma que conta com a presença de um *disc jockey (DJ)*¹⁶. Em relação à data, aponta a ocorrência entre os dias 14 a 23 de junho, mas as atrações descritas seriam nos últimos três dias.

Ainda a relação dos eventos como missa e de entretenimentos que estarão à disposição dos participantes, como bingo, quadrilha e comidas típicas; paralelamente há publicidade da empresa de sonorização. Indica, ainda, quem são as festeiras daquele ano e que estão à frente dos preparativos. Também na parte

¹⁶ Um disc jockey (**DJ**) ou disco-jóquei é um artista profissional que seleciona e reproduz as mais diferentes composições, previamente gravadas ou produzidas na hora para um determinado público alvo, trabalhando seu conteúdo e diversificando seu trabalho em radiodifusão em frequência modulada (FM) (descrição redigida a partir do endereço eletrônico <https://www.significados.com.br/dj/>, último acesso em 24 de set.2020 às 10:07)

inferior, em destaque, a indicação do nome da cidade de Goiás. Mas o maior destaque no cartaz é a indicação do Arraiá do Capim, que se destaca das demais informações pela cor da letra verde.

Ilustração 11 – Cartaz da 71ª Festa do Arraia do Capim



Fonte: acervo da comunidade 2017

Para o ano de 2019, em comemoração à 73ª Festa de São João Batista – Arraiá do Capim foram produzidos dois cartazes distintos. É interessante observar, e esse é o intuito, a ampliação das atividades festivas, que inicialmente ocorria em um ou dois dias e que na edição de 2019, conforme um dos cartazes, alcança cerca de dez dias de festa, o que indica que a comunidade da Rua do Capim, não só mantém, mas incrementa e divulga cada vez mais a festa realizada naquele espaço da cidade de Goiás, onde as identidades e os laços afetivos possibilitam a permanência de uma comemoração devocional que atualmente atrai um público maior, fazendo interações com outras pessoas que não residem na Rua Conceição.

Seguindo a cronologia das datas expostas nos cartazes faremos uma breve análise de cada um deles. No entanto, vale ressaltar que não é intenção deste trabalho analisar as escolhas por uma peça tipográfica ou por outra, mas é importante observar, que os dois cartazes disponíveis para divulgação do festejo, intencionam chamar atenção de públicos variados para a festa em estudo.

Ilustração 12 – Cartaz da novena e festa

73ª FESTA de SÃO JOÃO BATISTA

Festeiras: *Nayara Fernanda e Undiara Carvalho*

SEXTA	SÁBADO	DOMINGO
3 Reis do Forró Bingo	3 Reis do Forró 16h Bloco Caçador 19h Missa Bingo	Luciano Silva 6h Café da manhã 16h Casamento 20h procissão

Novenas 19h

Dia 14 → Undiara	Dia 18 → Clarete
Dia 15 → Erondina	Dia 19 → Ovídeo
Dia 16 → Luiza	Dia 20 → Ana Dália
Dia 17 → Lúcia Maria	Dia 21 → Marluir

Reza: Comunidade, Dona Ica e Toim da Uva
Alferes da Bandeira: Daniel Filho

Rua do Capim 14 a 23 de junho 2019

Ilustração 13 – Cartaz da festa

73ª Festa de São João Batista
Arraia do Capim
DE 21 A 23 DE JUNHO

Festeiras: *Nayara Fernanda e Undiara Carvalho*

Dias 21 e 22: 22HS **Três reis** do forró

Dia 23: 22HS **Luciano** Silva

Dia 22:
14:00 - Hs Matinê
Apresentação do BLOCO DO CAÇADOR
19:00Hs - Missa na Praça
21:00Hs - Bingo

Dia 23:
16:00Hs - Casamento Caiçira
19:00Hs - Reza na casa do alferes da bandeira (Daniel Filho)
20:00Hs - Procissão
21:00Hs - Quadrilha

SONORIZAÇÃO **CONECOSOM**

FESTEIRAS:
NAYARA FERNANDA E UNDIARA CARVALHO
Cidade de Goiás

Fonte: reprodução dos cartazes pela autora, 2019.

A ilustração 12 parece apresentar uma inovação nas festividades da comunidade, uma ampliação do período festivo. As cores utilizadas não são tão referenciais ou alusivas ao santo comemorado como no da ilustração 13. As informações da edição da festa e o nome das festeiras aparecem na parte superior. Em seguida, sem apontar os dias, aparecem as atrações artísticas seguidas pelos demais eventos. Um pouco mais embaixo a relação dos dias e noveneiros, o interessante é que os dias destinados à novena foram oito, destaca ainda a condução da reza pela comunidade, dona Ica e Toim da uva e o alferes da bandeira: Daniel Filho. Na parte inferior a localização dos festejos: Rua do Capim e a data, de

14 a 23 de junho. O tipo de letra e as cores podem ser visualmente reconhecidos como do universo das mídias sociais contemporâneas e não das tradições juninas.

No cartaz da festa (Ilustração 11) percebe-se uma escrita que se aproxima mais da diagramação do cartaz da 71ª edição, o que pode indicar uma padronização, de acordo com as relações identitárias da comunidade em relação à festa e seus meios de divulgação, a referência à cidade de Goiás, e também a preocupação com uso de cores relativas ao santo e a presença das bandeirolas, ornamentos típicos das festas juninas e presentes na decoração da Rua do Capim, como vimos anteriormente (ilustração 08).

As datas presentes nos cartazes das edições de 2017 e 2019, nos possibilita demonstrar que as datas de festa são, de acordo com a tradição, nos dias 21, 22 e 23 de junho. Tal período assim estabelecido, segundo CHIARCA (2007, p.50) em seu artigo “Devoção e diversão: Expressões contemporâneas de festas e santos católicos”, porque o dia de

são João é festejado nos dias 23 e 24, véspera de e dia de santo. Sabemos que as festas católicas foram trazidas ao Brasil ainda no século XVI pelos padres jesuítas como o frei Fernão Cardim (1548) e que sua aceitação foi imediata pelo conteúdo estético de fogos e fogueiras.

Quando a Família Real, em 1808, chegou ao Brasil fugindo dos ataques bélicos de Napoleão Bonaparte, trouxe com eles na bagagem essa forma de dançar que divertia toda a nobreza. Segundo Pessoa (2005, p.23, *apud* Zaratim, 2014, p. 22) “no período imperial esta europeização prosseguiu, mas com outros componentes populacionais”.

Em uma localidade em que se estava buscando entender de que sagrado era feito, procurando elementos de ligação, compreensão e integração através da religião indígena, dos deuses africanos e dos santos católicos, uma festa que trazia dança, calor e colorido, poderia atender os grupos mestiços que já formavam sua própria geração que questionava e buscava suas origens.

Após a chegada do ciclo junino ao Brasil, essas festas foram se alastrando por todo país, agrupando em si características regionais, variáveis conforme influência e realidade dos locais em que eram inseridas. Com a festa em estudo não foi diferente, pois ela agrega fatores específicos e várias particularidades.

O festejo da Rua do Capim acontece a despeito de todas as expectativas da cultura de massa, que não tem influência direta sobre os gostos, comportamentos e anseios da comunidade em sua preparação. Pelo contrário, há um esforço coletivo para o viver e fazer a tradição de maneira a não depender, tão somente, destes elementos para que a festa aconteça.

Respeitando os arranjos de tantas décadas, o Arraiá do Capim não acontece apenas nos três dias marcados para a dança de quadrilha, realização de brincadeiras e as cantorias. O início se dá com a divisão e hierarquia das tarefas delegadas pelo festeiro, no intuito de preservar a tradição do Arraiá do Capim; a função do festeiro pode ser dividida entre duas pessoas da comunidade e não havendo diferenciação de gêneros e a tarefa pode inclusive ser cumprida por reincidentes, como nos anos em que apresentamos os cartazes (2017 e 2019), quando o encargo festivo coube a Nayara Fernanda e Undiara Carvalho.

Por não se tratar de uma festa essencialmente comercial, o apoio financeiro vem da própria comunidade, sendo o festeiro/a (ou festeiros (as)) aquele que coordena a arrecadação das doações, promoção de rifas, bingos e se vale do empenho dos integrantes da comunidade para levantar o valor necessário para que a efetivação da festa ocorra de acordo com as expectativas dos moradores/realizadores da festividade.

De acordo com as entrevistas realizadas junto à comunidade, a análise do documentário disponível sobre a quadrilha, e materiais disponíveis na referência deste trabalho, pode-se perceber que também é responsabilidade do festeiro cuidar da parte burocrática, como compor e validar os ofícios, como por exemplo, liberação para realização da festa, e registrá-los em cartório, pedir autorização para que o espaço público possa ser utilizado, por meio de alvará expedido pela municipalidade. É o momento onde a tradição encontra com a máquina administrativa e a burocracia, mas nem por isso, há grandes dificuldades para realização, já que os modelos de autorização são seguidos e autorizados a cada ano. O intuito maior do festeiro é tomar as providências cabíveis e exigidas para fazer a festa acontecer dentro do que é permitido por lei e respeitando o orçamento conseguido pela comunidade.

O modo como acontece a festa de São João Batista na Rua do Capim, acompanha um roteiro cujas atividades se iniciam bem antes do próprio festejo, possibilitando que a comunidade se envolva desde os mais simples preparos, até os

complexos rituais religiosos, tudo tendo início e fim além dos dias estabelecidos pelo calendário da comunidade. É um cronograma que faz sentido enquanto acontece, reforçando os laços entre os envolvidos e construindo-se e costurando-se com o próprio presente.

AS NOVENAS E O LEITE DE ONÇA

As novenas são compostas por rezas e cânticos realizadas ali mesmo na Rua do Capim. As rezas ajudam os devotos a esperarem o dia da festa, também possuem função de confortar e pagar as promessas feitas pelos devotos locais a São João Batista, uma prática bastante comum no catolicismo popular brasileiro, em que a intimidade, afetividade e devoção para com o santo parece ser uma constante, e pode ser vivenciada de modo individual ou coletivamente.

Segundo Mauss (1979, p. 117), “a prece é uma conversação com Deus, movimento em direção a divindade”. As rezas sempre apresentam um padrão, é uma série de palavras que se repetem, por isso, possuem caráter ritualístico. Como um rito, as rezas são tradicionais e sua principal função é fazer a ligação dos devotos com o sagrado.

Sua origem se dá na tradição católica, porém tais ações ritualísticas podem ser encontradas em outras religiões ou crenças. Em termos tradicionais e de dogma pode ser realizada como uma manifestação de devoção a um deus, tido esse como todo poderoso (e neste caso na religião católica sua escrita se dá com letra maiúscula, e corresponde à Santíssima Trindade (Deus Todo- Poderoso – Pai, Filho e Espírito Santo), o dogma católico explica ainda, que uma reza, pode ser também um conjunto de orações voltado para a mãe de Jesus - Virgem Maria -ou aos anjos e nomes beatificados desta religião, que são muitos, inclusive São João Batista, que segundo consta a tradição católica era primo de Jesus.

Esta tradição começou entre o momento que se acredita que houve a ascensão de Jesus Cristo ao céu e a descida do Espírito Santo, quando entre uma situação e outra se passaram nove dias (Atos 1,3; 2,1). Deste modo, o livro sagrado para os cristãos, expõe que os seguidores de Jesus, da época, teriam ficado reunidos em torno da mãe de Cristo, de algumas mulheres que a acompanhavam e dos apóstolos de Jesus, durante este período. Pela crença, esta foi a primeira novena cristã, onde se pedia que mesmo com a ausência daquele que eles

acreditavam ser o seu salvador, seus seguidores estariam unidos, sendo este conjunto de orações, um símbolo que pedia a unidade de sua crença.

Em referência ao número de dias rezados, que são 9 (nove), eles possuem ainda um significado especial no culto católico, por ser o resultado do quadrado de 3 (três). Número este considerado perfeito pelos devotos, por estar relacionado à Santíssima Trindade (Pai, Filho e Espírito Santo). Por este motivo ao longo dos nove dias da novena, louvam-se três vezes cada Pessoa Divina e Eterna da referida Trindade (Atos 1,3; 2,1).

As novenas, da Rua do Capim, são iniciadas no dia quatorze do mês de junho, seguindo a tradição de serem rezados os nove dias, e finaliza no segundo dia da festa marcada ao público, dia 22 de junho. Cada novenário, que aceitou abrir sua casa em função à sua devoção ao santo, prepara o local para receber os religiosos para as rezas. Salienta dizer que nem todos os moradores da Rua do Capim são católicos. A moradora F, que reside na comunidade há cinco anos, é evangélica e diz que participa da festa por achar “bonito demais a devoção das pessoas”. Assim como ela, há pessoas de diversas religiões como Umbanda ou Candomblé, mas que participam da festa em prol da união e por estarem envolvidas tradicionalmente com o festejo em vários momentos.

Apresentaremos duas imagens que mostram dois momentos distintos da novena. Na primeira (ilustração 14) identifica-se o altar preparado para receber os noveneiros. A segunda, (ilustração 15) o momento da reza.

Ilustração 14 - Altar – Casa da Festeira do ano de 2019



Fonte: imagem cedida pela comunidade (2019).

Cada elemento presente no altar é um símbolo ritualístico, uma mescla do que foi aprendido em décadas de festejo e da observação de outras festas juninas da cidade e os significados de detalhe na liturgia católica. As cores da decoração, vermelhas e brancas, simbolizam respectivamente “o martírio de Cristo e dos Santos Mártires (...) e a paz, a pureza e ressurreição de Cristo”. (RADO, 1961 p. 1448). A imagem de São João no alto e ao pé do santo compõe o cenário no qual os participantes demonstrarão devoção ao fazerem as orações e cantarem durante as novenas. É uma indicação para os religiosos dos santos homenageados, com destaque para São João, mas na imagem há ainda dois outros santos menores nas laterais e ainda um rosário (indicativo da devoção a Senhora do Rosário). A folhagem no altar indica vida, renovação, bem como a singela flor a frente da imagem de São João. Outros ornamentos compõem o altar, uma toalha bordada junto à parede, flores e correntes em papel crepom vermelho e branco e bandeirolas que enfeitam a sala, percebidas pelas sombras (ilustração 12).

Ilustração 15 - Altar e Momento da reza – Casa da Festeira do ano de 2019



Fonte: imagem cedida pela comunidade (2019)

Ao chegar o momento da novena, as pessoas começam a chegar nas casas pré-determinadas, conforme indicado no cartaz de divulgação do festejo. Para os integrantes da comunidade, a comunicação entre eles indica “*na casa de quem*” (grifo nosso) será a reza, assim, na hora marcada a novena tem início, mesmo que esperem por alguém que ficou de chegar (no sentido desta comunicação explicitada anteriormente) durante mais um tempo. Para este momento sacro, o morador providencia ornamentação e basicamente a sala onde foi montado o altar é enfeitada por bandeiras juninas com as cores branca e vermelha, da pureza e do martírio já citado anteriormente, para receber aqueles que acompanham a reza em ladainhas. São disponibilizados um roteiro com as orações e as letras com indicações aos momentos em que devem ser cantadas. Tais papéis são guardados e levados a cada casa de novena, fazem parte do acervo festivo local.

Desta forma os devotos prestam suas homenagens e cumprem suas promessas. De acordo com Pierre Sanchis (1995, p. 42): “a promessa é uma prática da religião popular”. Continua o autor afirmando que:

[...] é uma relação estabelecida entre a condição humana concreta de um invólucro de santidade que a rodeia, faz parte de uma visão de mundo dentro da qual constitui um modo de comunicação essencial. Por isso mesmo ela aproxima-se do sacrifício, ao mesmo tempo em que se insere no quadro de uma economia de troca. Graças a essa troca recorrente, estabelece-se uma solidariedade entre duas sociedades a humana e a divina. Em troca ganha-se uma certeza de proteção, uma presença do sagrado que acompanhará no desenrolar do cotidiano de sua existência.

Acompanhando os dias de novena da festa de São João Batista pela comunidade da Rua do Capim, é possível perceber o respeito em torno do altar e o modo como às visitas são feitas. Pagar uma promessa neste momento pode significar vários tipos de doações diferentes, seja um auxílio prévio na composição de determinado culto, a compra de um pano para a decoração, ou a doação de velas para as casas onde a peregrinação é feita. Pode ser também uma promessa a uma santidade, como pautado pelo autor acima, é um acordo entre a divindade e a pessoa que fez a promessa, há uma troca e um prazo. Geralmente é durante a reza que esta prestação de contas é feita junto divindade, na maioria das vezes individualmente e em silêncio.

Sobre a organização das pessoas durante a peregrinação, a quantidade de pessoas que participa, varia de um dia para o outro, porém nos dias analisados

pode-se perceber entre 20 e 30 pessoas em volta do altar. A participação das rezas é aberta àqueles que quiserem ali estar, sendo assim toda a comunidade é convidada e fica conhecendo com antecedência onde ocorrerá cada reza e em quais dias. Percebemos, pela imagem acima (ilustração 15) a predominância de mulheres, algumas com mais idade e outras mais jovens, além de criança, o que nos faz pensar que os afetos envolvem, possivelmente três gerações, o que é uma das premissas para a manutenção das identidades e persistências de uma manifestação popular.

Analisando o acervo em vídeo da comunidade e as mídias produzidas durante a presente pesquisa, é possível observar que as rezas tradicionais da crença cristã, são transformadas em canções ritmadas, como por exemplo, a “Ave Maria” ou o “Pai Nosso”. As denominadas ladainhas se tornam particulares e mais próximas da realidade deste grupo estudado, cuja devoção é latente. Quem se sente à vontade, se aproxima do santo presente no altar no momento das ladainhas, e tem aqueles que preferem acompanhar da janela ou da porta do cômodo, geralmente uma sala, onde ocorre o desenrolar da novena.

De acordo com relato de uma festeira do ano de 2017, existe a tradição de que a novena que circula na Rua do Capim não pode cruzar o largo, é preciso que cada casa do novenário siga a sequência circular, ou seja, se a primeira casa estiver localizada no lado esquerdo a última casa que rezará a novena será do lado direito. Essa tradição nunca foi quebrada durante todos esses anos, relatam seus moradores, em depoimentos e entrevistas. A circularidade que os move também pode ser compreendida, de acordo com os estudos antropológicos (dentre eles Geertz, 1989), uma iniciativa a fim de evitar o cruzamento, um interdito que pode gerar consequências que fogem ao controle dos partícipes.

Outra particularidade das novenas realizadas na Rua do Capim é que elas são “*puxadas*” (grifo nosso) por uma única senhora e em latim popular. E mesmo as rezas sendo de conhecimentos de outras pessoas, a tradição centrada em uma só pessoa se mantém.

Ao final de cada novena, uma bebida típica é servida aos presentes: o leite de onça. Uma bebida preparada com ingredientes simples, como leite, pinga de alambique e coco, que juntos fazem com que a iguaria seja a bebida mais procurada durante todo o Arraiá do Capim.

Os processos culturais relacionados ao consumo e preparo de determinado alimento ou bebida específicos, de acordo com Montanari (2004) são resultado, portanto, da domesticação, da transformação e da reinterpretação da natureza como forma de organizar estes saberes, categorizá-los, transportá-los para o lugar social. O autor aponta mais uma definição para o alimento como cultura, que está ligada à escolha:

comida é cultura quando consumida, porque o homem, embora podendo comer de tudo, ou talvez justamente por isso, na verdade não come qualquer coisa, mas escolhe a própria comida, com critérios ligados tanto às dimensões econômicas e nutricionais do gesto quanto aos valores simbólicos de que a própria comida se reveste. Por meio de tais percursos, a comida se apresenta como elemento decisivo da identidade humana e como um dos mais eficazes instrumentos para comunicá-la (MONTANARI, 2004, p.16)

Baseado nestas observações, podemos arriscar, que todo o sucesso atribuído à bebida leite de onça, que compõe o rito das novenas, seja mérito de uma única moradora, já que é ela quem cuida do preparo há muitos anos, e mesmo que todos conheçam os ingredientes, não são eles que trazem o encanto para o que é servido. É o saber fazer, tornando este preparo misterioso, ao mesmo tempo em que personifica os conhecimentos de uma representante da comunidade. Assim como uma senhora cuida da reza, outra cuida da bebida, mas ambas com muita devoção e consciência de seus papéis no contexto da festa.

Este cuidado afetuoso com o apresto, cujo feitio pertence a uma única senhora, faz com que os devotos sintam que é o ato final de cada reza. Mas pode ser compreendido ainda como parte também da reinvenção do sagrado, pois na crença católica há um momento chamado transubstanciação, que é a conjunção de duas palavras latinas: *trans* (além) e *substantia* (substância), esta tradução é explicada no Novo Testamento, no discurso do Pão e da Vida, onde o pão e o vinho são transformados respectivamente em corpo e sangue de Cristo. Este rito, tão tradicional nos cultos católicos nos permite fazer uma analogia afetiva: a transubstanciação que é feita do leite de onça, que longe de ser a transformação no sangue de Cristo, surge como uma transformação de uma bebida que poderia ser considerada profana (pelo teor alcoólico), mas que em um momento do ritual é transformada em algo que faz parte da própria novena realizada pela comunidade da Rua do Capim em devoção a São João Batista. Assim, para aquelas pessoas, a bebida leite de onça possui ressignificação identitária, assim como o ato de bebê-la.

O MASTRO, A FAROFA E A PINGA

Segundo os católicos, o mastro relembra a passagem da história do nascimento de João Batista e da fogueira, sinal de comunicação de Isabel com Maria. De acordo com a história bíblica, João, filho de Isabel que era prima de Maria e mãe de Jesus, nasceu no dia 24 de junho. Nesse dia, Isabel pediu para que levantassem um mastro iluminado por uma fogueira em sua volta para anunciar à Maria o nascimento do seu filho. Esta encenação simbólica, mesmo que nem todos que celebram, saibam o significado, está presente intrinsecamente em todas as festas juninas, por ser uma de sua gênese.

Sendo uma festa junina típica, o levantamento do mastro leva protagonismo bem antes do início da própria decoração da rua para festa e um dos personagens emblemáticos desta história é o Alferes da Bandeira, que organiza os moradores para cortar a madeira que será usada para a feitura, ainda no mato. Seguindo a tradição local: o mastro tem que ser cortado com um machado, não pode ser cortado com moto serra ou outro instrumento que facilite o manejo. Este corte deve ser vivenciado pela comunidade, através dos denominados capitães do mato, membros dentre os locais, que vão proceder ao corte, e são observados por espectadores. Ao término, depois de tanto esforço, a comemoração acontece entre os presentes.

Rita Amaral (1998, p. 48-49) explica sobre esta relação entre as partes envolvidas na atuação de um rito durante uma celebração deste porte,

os atores, que podem ser em número restrito, participam diretamente da festa organizada para os espectadores que, eles próprios, participam indiretamente do evento ao qual eles atribuem, entretanto, uma dada significação e pela qual são mais ou menos afetados. O elemento importante é que os participantes são em número limitado enquanto os espectadores são muito numerosos, especialmente hoje, com as reportagens diretas via televisão. É preciso sublinhar que os espectadores e os atores são perfeitamente conscientes das "regras do jogo" (ritos, cerimônias e símbolos), mas que eles "percebem" o evento de modo diferente conforme o papel que lhes é atribuído.

Aqueles que têm uma função específica dentro do festejo sentem-se responsáveis pelo sucesso do que lhes é confiado e a comunidade que assiste o desenrolar da busca do mastro, por exemplo, celebra esta chegada como parte do ritual de envolver-se no evento, e recompensar os capitães do mato com o regozijo

da chegada do mastro, um indicativo de afeto pela permanência da festa que já começa a ser organizada.

Antes mesmo de acharem a madeira que servirá de mastro, é anunciada a partida do grupo com fogos para que toda comunidade saiba que a busca pelo mastro daquele ano irá começar. A farofa e a pinga vão junto. São assim por dizer também, capitães do mato, recompensa e contentamento, diante da difícil, mas prazerosa tarefa da busca, do corte e da entrega do elemento fundante, da festa para a comunidade. Assim que retornam, o grupo anuncia a chegada do mastro de São João Batista com mais fogos e cantoria.

É o festeiro quem fica responsável pelo preparo de uma farofa típica que servirá de combustível para toda esta empreitada, e regar os companheiros do alferes com um litro de pinga, estes são importantes elementos rituais no trato que se segue.

De acordo com um cartaz de atividades distribuído nas reuniões da comunidade, é de responsabilidade do festeiro delegar quem fará a farofa que ele irá oferecer para o momento da busca do mastro. A ilustração abaixo, mostra o modo tradicional em que a farofa é preparada: próximo ao largo da Rua do Capim, em uma fogueira preparada tradicionalmente para abrigar uma grande panela de ferro em que a farofa é feita.

Ilustração 16 - Preparo da Farofa para os Capitães do Mato, 2019



Fonte: acervo da comunidade

A QUADRILHA, A PIPOCA, CACHORRO QUENTE E DOCE

A dança da quadrilha, como conhecemos hoje, teve início na Inglaterra no século XIII e posteriormente foi incorporada à cultura francesa. Daniela Diana, produtora de conteúdo cultural do jornal *on-line* da UOL, descreve em suas matérias sobre o tema, a respeito da dança que se aproxima do que conhecemos hoje nas festas juninas.

Outrora cheia de pompa e coreografada caiu nas graças da nobreza europeia e com a colonização portuguesa no século XVIII chegou ao Brasil, tornando-se uma festa de gosto popular. A referida autora, completa ainda, que por tratar-se de uma festa caipira, a figuração que é dada, as roupas o modo de atuar nas quadrilhas juninas carrega os moldes das populações que habitavam o sertão do norte e nordeste do Brasil, mas culturalmente viajou as demais regiões do país, adaptando-se aos costumes de cada localidade. Atualmente é um estilo de dança muito bem aceita por manifestações culturais diversas, sendo que em Goiás não seria diferente a incorporação de tal manifestação, ainda mais por ter sido uma sociedade rural por longa data.

Segundo Zaratim (2014, p.22), em sua dissertação “Quadrilhas Juninas em Goiânia: novos sentidos e significados”,

entende-se por quadrilha junina as danças realizadas nas manifestações festivas que acontecem preferencialmente, no mês de junho, no território brasileiro, associados aos santos católicos Santo Antônio, São João e São Pedro.

A Rua do Capim organiza e mantém sua própria tradição com a quadrilha formada pelas crianças menores e outra com jovens e adultos, promovendo uma coreografia com os elementos folclóricos¹⁷ típicos do período. Por ser uma apresentação que requer ensaios, um tipo diferente de organização, com um corpo grande de dançarinos não profissionais, necessita de um cuidado além daquele que o festeiro já faz e por isso há um responsável especial para a ação. Até o fechamento de nossa pesquisa a responsabilidade estava nas mãos de uma única moradora há 12 anos. Quando falamos aqui, de uma única moradora, não quer dizer

¹⁷ Os elementos de uma quadrilha tradicional simples são divididos em 27 passos que percorrem o caminho da festa, o balancê, e segue até a despedida. A narração é geralmente feita com muita animação, orientando os dançarinos sobre o que será feito a seguir.

que ela faça tudo sozinha, é uma festa da comunidade, sendo assim ela segue o esforço coletivo já mencionado, porém, é ela a pessoa que delega, cuida da disposição dos dançarinos, organiza as crianças e os ensaios e também serve (financia ou busca modos de financiar) o lanche quando a quadrilha acaba.

A respeito do figurino utilizado pelas pessoas que dançam as quadrilhas na Rua do Capim, é uma vestimenta simples que permeia a representação desta dança em várias regiões do país. A escolha por um elemento ou outro na caracterização dos dançarinos, busca simular a ideia que se tem da vida no meio rural de momentos anteriores ao que vivemos, e Zaratim (2014, p. 38) explica o porquê,

[...] com tecidos de pouca qualidade e, no caso dos cavalheiros, está sempre cheias de remendos. Essa é uma visão urbana sobre os matutos, que denota a pobreza do homem do campo e suas privações. É bem verdade que, mesmo no meio rural, as pessoas gostariam de ir às festas com suas melhores roupas. Porém, as caricaturas das quadrilhas juninas tradicionais/matutas apresentam roupas femininas cheias de babados e saias compridas em cores vivas e muitas vezes de mau gosto. O vestido da noiva é mais apurado em tecidos e rendas brancas, com véu e grinalda. O homem já não tem tanta variação no seu traje. Este é composto por calça modelo pega marreco (calça com barras na altura dos calcanhares), cheia de remendos de restos de tecidos, e camisa xadrez, colorida, quadriculada e/ou remendada. Usam botinas com meias furadas e chapéu de palha.

Por não se tratar de uma festa onde uma dança de quadrilha compete com a outra, tendo o intuito apenas de diversão e de apresentação tradicional ao público presente, no Arraiá do Capim, os trajes seguem o gosto particular de cada dançarino, não havendo padronização entre os integrantes, mas com as especificações apontadas por Zaratim em sua dissertação.

A moradora, entrevistada pelo documentário Quadrilha do Capim, que segue à frente da organização das etapas da quadrilha no ano de sua entrevista (2012) explica que nas primeiras festas, este momento contava apenas com a farofa típica na hora da encenação do casamento, que é o ápice da dança. Afirma ainda que com o tempo, a comunidade se organizou e além desta iguaria, dependendo de cada responsável, passou a servir lanches mais lúdicos, que em certa medida, lembram os quitutes que são servidos em um aniversário infantil, mas que não fogem da proposta de uma festa caipira: com alimentos que podem ser vistos em várias celebrações juninas: pipoca, paçoca, pé de moleque, arroz doce.

Importante ressaltar como a passagem do tempo e inserção de novos atores simbólicos, aqui entendidos como o alimento servido durante a quadrilha, para o

festejo vão sendo percebidos pela comunidade. Uma senhora pode dizer que no seu tempo as crianças dançavam e se divertiam tendo apenas a farofa como alimento durante e depois do festejo e que as crianças de hoje têm à disposição cachorro quente, pipoca e doces diversos e ainda assim não se divertem tanto. A esta suposição, reside o lugar onde o passado é percebido como o lugar onde as melhores coisas aconteceram, onde residem as melhores memórias, uma cobiça passional de regresso impulsionado por momentos felizes e antigas relações sociais.

A comida na sociedade da abundância (MONTANARI, 2008), e por abundância aqui entendemos como fartura não de bem materiais, mas do que pode se oferecer de alimento para o outro, é aquela em que os valores nutricionais são menos importantes do que os valores acessórios. Estes valores apresentados às crianças após a quadrilha é o valor da recompensa, da sobremesa, é o valor simbólico que a mãe oferece ao filho que comeu toda a refeição saudável no almoço da família e que, portanto, tem o privilégio da sobremesa. Ao mesmo tempo, de acordo com Montanari, (2008, p.164) é necessário entender por que estes valores se diferenciam e porque, “o caráter expressivo da refeição, nunca é distinto do valor concreto (econômico e nutricional) dos alimentos consumidos. É, portanto, indispensável identificar uma gramática da comida e decodificar suas regras”

Qual é a regra então, quando são oferecidos, também, aos caipirinhas, após a apresentação infantil, cachorro quente e refrigerante? Este momento de confraternização entre as crianças participantes tem uma dupla função simbólica, que pode ser percebida: uma maneira de agradecê-las pela participação e ao mesmo tempo estimulá-las para a continuidade da festa através do tempo.

O CAFÉ DA MANHÃ NO ALVORECER DA PRAÇA DO CAPIM

Tanto esforço e dedicação dos que se apresentaram ou que tiveram funções que possibilitaram a realização de mais uma edição da festa de São João Batista – Arraiá do Capim é recompensado e celebrado em uma confraternização com farta mesa ao amanhecer, após a última madrugada de festa. Não que isso seja uma regra, mas se mostra como um costume já arraigado à comunidade por ocasião da festa, e sua importância decorre do fato de que nem todo nascer do sol na Rua do Capim proporciona um café da manhã comunitário.

O café da manhã, mesmo após uma noite festiva, é um momento importante de reunião dos moradores para uma avaliação geral do evento que ali está sendo encerrado e ainda para apontar as necessidades de melhorias, as sugestões de alterações para o ano seguinte, visando aperfeiçoamentos para o próximo ano. Assim, como tudo que vai sendo incorporado à festa acaba sendo debatido ao mesmo tempo em que se agradece a quem participou, a quem celebrou ou cantou.

Ilustrações 17 e 18 – Café da Manhã, servido ao Alvorecer: 73ª edição do Arraial do Capim



Fonte: Ribeiro (2019).

As cores que enfeitam os forros das mesas e dos demais ornamentos seguem as cores também distribuídas nos altares das casas onde foram celebradas as novenas. As mesas de plástico unidas são montadas no largo da praça onde nas noites anteriores, durante a festa, dançou-se a quadrilha, o forró e o baile, mesmo local em que houve ainda o levantamento do mastro. Mesmo que não esteja instituído oficialmente no calendário da festa, o café da manhã é o momento onde o festejo se despede da comunidade em relação à festa que conduziu, é onde também

ocorre a reunião que marca o fim do ritual do ano em questão. Montanari (2008, p. 157) explica, sobre esta junção de uma comunidade em torno da alimentação do grupo,

comer junto é típico, ainda que não exclusivo da espécie humana [...] E uma vez que os gestos feitos juntos de outros tendem a sair da dimensão simplesmente funcional para assumir um valor comunicativo, a vocação convival dos homens se traduz imediatamente na atribuição de um sentido para os gestos que fazem ao comer. Também desse modo, a comida se define como uma realidade deliciosamente cultural, não apenas em relação a própria substância nutricional, mas também às modalidades de sua assunção e de tudo aquilo que gira em torno dela.

Ao comer, ao dividir o espaço com outro, os indivíduos estão se reafirmando culturalmente. Dividir uma mesa, fazer parte dela é comunicar-se com o outro através do alimento, usando ou não este momento como mediação do espaço que se divide. Complementando esta ideia, Montanari (2008, p. 158) traz um elemento essencial sobre a reunião que é feita em torno de um evento como esse, a partilha da comida:

[...] a atribuição de um pedaço ou de outro nunca é casual (...), mas reproduz as relações de poder e de prestígios dentro no grupo. Disso, temos testemunhos significativos já na épica grega: nos poemas homéricos, aos hóspedes se oferece sempre o melhor pedaço. Na literatura céltica, em torno da divisão das carnes se desenrolam lutas furiosas entre os chefes de tribos antagonistas ou clãs rivais.

Cada morador quer trazer à mesa do café da manhã comunitário o que faz de melhor para sua própria família. Sendo assim, o que é oferecido, geralmente, é o famoso bolo preparado no cotidiano para o café da tarde, o pão caseiro feito com afeto para os filhos, um biscoito cuja receita antiga é passada de geração em geração. É como se quem levasse o seu quitute favorito estivesse comunicando ao outro que aquele prato é o que a sua mesa tem de melhor, o que configura como o compartilhamento do afeto entre os demais moradores e participantes da festa de São João da Rua do Capim.

É neste lugar de socialização e partilha, o Largo do Capim, que as ofertas alimentares de cada um para compor a mesa do café da manhã da alvorada, que a comunidade revive o que foi, de fato, mais uma edição da festa. As memórias são importantes ferramentas para a história cultural, são elas que ressignificam, ou significam cenários, gestos e afetos, como bem nos lembra Bosi (1994).

Comunicar-se enquanto o alimento é partilhado é uma ação muito importante do convívio entre as comunidades. É o instante em que cada expectador dimensiona para outro, cada ator ou dançarino, cada um que ali passou e se doou, tem entre um café e uma guloseima familiar sua própria visão do que foi o Arraiá do Capim daquele ano. Não seria de todo injusto dizer que é neste momento que a festa acontece novamente, de outro modo, e porque não dizer de uma maneira talvez que jamais aconteceu.

Sendo assim, é importante celebrar a memória do grupo no momento do alvorecer, justamente porque fazem voz, dão coro a uma narrativa sensível, repleta do imaginário coletivo e esta narrativa torna-se a própria festa. Beneduzi, (2008, p. 21) esmiúça esta experiência quando pontua que “os lugares da memória são um exemplo referencial na coletividade, ao mesmo tempo constituindo-se em fruto do passado comunitário e (re) laboração da experiência vivida”.

Muito mais que compartilharem à mesa, os moradores dividem a própria festa entre si novamente. É o momento de respirar a doce sensação do dever cumprido, e dos planos para o próximo festejo, que acontecerá no ano seguinte.

Enquanto as pessoas na contemporaneidade correm o risco de viver às margens das experiências nostálgicas, buscando em uma celebração, por exemplo, um tempo que não se encontra mais no presente, um momento que se perdeu na memória, os moradores da Rua do Capim, parecem reinventar-se a cada festejo. As vozes dos mais jovens são ouvidas e estas mesmas vozes procuram respeitar as tradições enquanto compartilham, com seus mais velhos, os conhecimentos que não precisam ser cristalizados, imutáveis, mas se adequam e dialogam com o tempo em que acontecem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um festejo e seus atores demandam à escrita, desde a limitação do tema, o recorte temporal, a escolha da metodologia que irá responder determinados questionamentos, uma luta sem tréguas e sem abrigos. Isto porque, há um limite entre aquilo que se quer construir do que é apresentado pela própria performance daqueles que festejam, e a construção que pede uma historiografia acadêmica, com métodos e técnicas. Os resultados podem ser parágrafos que são geridos dos efeitos dos tantos combates já travados e que se comprometem ou prometem aliviar o ardor daquele que se aventura a trazer para o tema um novo olhar no seu tempo presente, correndo o risco, mesmo com o trabalho redigido e qualificado, a confundir-se por sua vez com os vestígios do passado e que o tempo não para de desmitificar.

Tentar compreender uma comunidade que vive à margem da estrutura elitista da cidade e que delonga construindo uma história de permanências e afetividades, é um desafio para nós historiadores e pesquisadores. O entusiasmo dos moradores da rua para executar suas atividades, no sentido de manterem viva a festa, instiga-nos a mergulhar nesse labirinto de sentidos e de significados.

A comunidade da Rua do Capim, aqui revistada e estudada no fazer de sua semana santa, promove e mantém elementos de sua identidade cultural e permanência de suas redes de sociabilidade. Rede esta, que une indivíduos, familiares e visitantes durante a referida festa. Seus moradores, cercados por charmosos becos no bairro Carmo, constituem de acordo com os elementos trazidos por este trabalho, os fazedores da festa junina mais tradicional da cidade.

O Arraial do Capim nos ensina que festa é coisa séria, é o jeito de um povo escrever sua maneira de estar no mundo, é a maneira de edificar relações humanas, aperfeiçoar suas relações na sociedade e apesar de suas origens, carregarem toda uma tradição de festas juninas herdada desde a Europa, se mantem muito ligada à alma brasileira e vilaboense.

A história nos mostra, que houve um tempo, onde o Brasil era mais interiorano e que se liga à narrativa de muitos que carregam uma saudade sertaneja. Se não na íntegra, por vezes através de uma visita a um local da infância, à casa de algum conhecido, e no mínimo o saber escolar ou familiar de uma vida mais ligada à

natureza. Afinal, está na memória brasileira, um Brasil rural, o qual se transforma urbano; o Brasil da festa do interior, da busca pelo ouro, das lutas, armadas ou diárias e do Brasil que vai sobre a pressão do desenvolvimento e do progresso, mudando de forma impositiva, através das gerações o jeito de se relacionar com o que produz o jeito de dançar e até mesmo de comemorar suas festas mais importantes.

Na contramão destas imposições e criando suas próprias transgressões, durante suas mais de sete décadas de existência, a festa da Rua do Capim é mantida com os sentidos fraternais de outrora. Notadamente é um lugar de encontro, o momento da ruptura, possibilidade de insurgências de usos e práticas espontâneas. Ela é vista como o recinto da devoção e da diversão das famílias que ali moram, ou que escolhem neste momento retornar. É o império da sanfona, da cadência dos instrumentos das bandas convidadas para animar o festejo, a tradição das danças de quadrilhas, o balancê dos vestidos e o conforto do chapéu de palha. A festa envolve as famílias e deixa a rua cheia de cores, músicas e encantamentos, não só durante os três dias de festa, mas durante o mês inteiro.

O alimento, como aquele que foi feito para tocar o outro, tanto de forma cultural, quanto para regar os alegres dias festivos é preparado com zelo por cada pessoa que se propõe a apresentar uma contribuição para a manutenção da festa. O protagonismo dos pratos, intercalados com a sacralidade, ou sendo eles o próprio rito, reforçam os laços de confraternização entre os moradores. Tanto quem prepara, quanto àquele que ensina a preparar aprendem a dividir o arco de feitura do festejo e se sentem parte, remontando ditando as ordens das coisas.

Cabe a insistência no tema de que toda festa celebra algo. Mesmo que em situação extraordinária ou repleta de simbologia como uma celebração religiosa. Antigas e sóbrias, as festas dogmáticas da Igreja Católica, por exemplo, juntam-se aos festejos juninos à São João Batista e seus participantes tornam este momento um ato de reavivar crenças, envolver os mais jovens, trocar saberes e experiências com os mais velhos e costurar novas e importantes memórias à atualidade junto à comunidade que a promove.

O arraial é fiel ao passado, mas não descuida dos requerimentos impostos pelo presente e alicerça os seus preceitos em uma coreografia viva, moldada para e pela comunidade. É ela que engrossa o anseio de pertencimento e ensina com o exemplo dos contos, das narrativas passadas, o que deve ser feito para se manter a

tradição e a identificação da festa com a comunidade da Rua do Capim. Assim, a percepção dos envolvidos, indica que a festa une com perseverança o ontem e o hoje, estimula a produção local de saberes e sentidos e mantém-se como um incentivo permanente, entre participantes e observadores.

Em uma análise cuidadosa pudemos observar que há um trabalho que envolve pessoas, ideias, instituições e projetos cujos desígnios são a construção de referências culturais que possam associar a festa que é feita hoje, com todo o esforço que já foi feito anteriormente, devido a existência de um conjunto de práticas culturais e populares transmitidas de geração para geração, criando com isso um campo de significações capazes de expressar a base das suas tradições.

E finalmente, o Arraiá do Capim e seus afazeres domésticos e rituais entrelaçam-se no sentido primordial de reunir, confraternizar, homenagear, entreter e servir muito além do alimento e pausa na rotina de seus participantes, mas também uma experiência repleta de significados culturais e sociais. Os modos de fazer não se excluem, ou ficam à parte do sagrado cultuado na festa, pelo contrário se completam e se inserem dentro do ritual.

O festejo acaba se tornando uma comunidade e esta acontece com ele, sendo o ano composto de vários elementos que remetem novamente até a festa que chega ao fim, ou pelo menos até que o cantor da banda que dá o tom do baile anuncie o nome sorteado do próximo festeiro, onde então um ciclo bonito e repleto de significados recomeça.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria Geralda. **Atlas de Festas Populares de Goiás**. 1ª edição. Goiânia, 2015.
- AMARAL, Rita. C de M. P. Tese de doutorado: **Festa à Brasileira: Significados do festejar, no país que “não é sério”**. São Paulo, 1998.
- BACZKO, B. A Imaginação Social. In: **Enciclopédia Einaudi**. Porto: Casa da Moeda-imprensa Nacional, 1995. p. 145-211.
- BAGGIO, Adriana. A importância do nome das coisas. **Revista Eletrônica Digestivo Cultural** (2005), disponível em <https://www.digestivocultural.com/> último acesso em 20/07/2020 as 08:49am.
- BARROS, José D'Assunção. **O Campo da História - especialidades e abordagens**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BENEDUZI, Luís Fernando. **Patrimônio Cultural, Memória e Identidade: Uma leitura de sinais sensíveis do passado**. Editora da UCG, 2008.
- BÍBLIA, A. T. Provérbios. In BÍBLIA. Português. **Sagrada Bíblia Católica: Antigo e Novo Testamentos**. Tradução de José Simão. São Paulo: Sociedade Bíblica de Aparecida, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Lisboa, Difel, 1998.
- _____. **A economia das trocas linguísticas**. (O que falar quer dizer). São Paulo: EDUSP, 1998.
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos**. 3ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **De um lado e do outro do mar: festas populares que uma origem comum aproxima e que um oceano e um cerrado separam**. Festas, Religiosidade e Saberes do Cerrado. Editora UEG, 2015.
- BURKE, Peter. **O Que é História Cultural?** Tradução de Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- CANCLINI, Nestor Garcia. **Cultura Híbridas: Estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2015.
- CALLEFI, Gislaine V. de Lima. Dissertação de mestrado: **Referências e Possibilidades de Consumo em Goiás nos séculos XVIII e XIX**. Goiânia, 2000.
- CARNEIRO, Kelly Cristina. Dissertação de mestrado: **Cartografia de Goiás: Patrimônio, Festa e Memórias**. Goiânia, 2005.

CHAUL, Nars. N Fayad. **Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade**. 3ª Edição. Goiânia: Editora UFG, 2010.

COELHO, Gustavo Neiva. **Goiás: uma reflexão sobre a formação do espaço urbano**. Goiânia: Ed. UCG, 1996.

COELHO, Gustavo Neiva. Dissertação de mestrado: **A formação do espaço urbano nas vilas do ouro: o caso de Vila Boa**. Goiânia, 1997.

CORA CORALINA. **Poemas dos becos de Goiás e estórias mais**. 23. ed. São Paulo: Global, 2006.

CÔRTEZ, G. P. **Danças, Brasil: festas e danças populares**. Belo horizonte: Leitura, 2000.

D'ABADIA, M. I. V. Tese de doutorado: **Diversidade e Identidade Religiosa: uma leitura espacial dos padroeiros e seus festejos em Múquem, Abadiânia e Trindade-GO**. Goiânia, 2010.

DA MATTA, Roberto. **A Casa & a Rua: Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. 5º Edição. Rio de Janeiro, 1997.

DA MATTA, Roberto. **Carnavais, Malandros e Heróis**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DELGADO, Andréa F. Dissertação de mestrado: **A Invenção de Cora Coralina na batalha das memórias**. Goiânia, 2003.

DROGOMIRECK, Sthepanie B. R. Dissertação de mestrado: **De Arraial a Patrimônio Mundial: A redescoberta da cidade de Goiás**. Goiânia, 2019.

DUVIGNAUD, Jean. **Festas e civilizações**. Fortaleza: Editora da Universidade Federal do Ceará, 1983.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Mini Aurélio: o dicionário de língua portuguesa/ coordenação de edição Marina Baird Ferreira. – 8º ed.- Curitiba: Positivo, 2010

ESCRITÓRIO TÉCNICO DO IPHAN. **Conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade de Goiás cidade de Goiás**. Cidade de Goiás: ETP/IPHAN, 2020.

FERNANDES, Florestan. **Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicações**. São Paulo, Editora Nacional e Editora da USP, 1973.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação da cultura**. Rio de Janeiro, 1989.

GOMIDE, C. H. **História da transferência da capital: de Goiás para Goiânia**. Goiânia: Editora Alternativa, 2003.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. 1968.

HOBSBAWN, Eric e RANGER Terence. **A invenção das Tradições**. 9 ed. São Paulo: Paz e Terra 2014.

MADURO, Otto. **Mapas para a festa** – reflexões latino-americanas sobre a crise e o conhecimento. Petrópolis: Editora Vozes, 1994, p.11.

MANZINI, E. J. **Considerações sobre a entrevista para a pesquisa social em educação especial**: um estudo sobre análise de dados. In: JESUS, D. M.; BAPTISTA, C. R.; VICTOR, S. L. Pesquisa e educação especial: mapeando produções. Vitória: UFES, 2006, p. 361-386.

MAUSS, Marcel. **A prece** Antropologia. São Paulo, Ática (1979)

MEIRELES, Marlúcia Melo. **Os “bobos” em Goiás**: enigmas e silêncio. UFG, 2014.

MONTANARI, Massimo. **Comida como cultura**. 1ª Ed. Editora Senac, 2008.

MORAES, Cristina de Cássia Pereira. **Do corpo místico de Cristo**: Irmandades e Confrarias na Capital de Goiás 1736-1808. Editora UFG, 2012.

PALACIN, Luís. **Goiás (1722 – 1822): estrutura e conjuntura numa capitania de minas**. Goiânia: Oriente, 1982.

PESAVENTO, Sandra J. **História & História Cultural**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005

OLIVEIRA, Leonora Azevedo de. **Patrimônio Cultural, memória e identidade: um estudo etnográfico sobre as interações dos atores humanos com monumentos cívicos**. Editora PUCRS, 2018.

POHL, J. Emanuel. **Viagem ao interior do Brasil**. São Paulo: Itatiaia, 1976.

RIBEIRO JÚNIOR, J. C. N. **A festa do povo**: pedagogia de resistência. Petrópolis: Vozes, 1982.

ROMPATTO, Maurílio **A oralidade como fonte de pesquisa em História Regional**. História Agora: a revista de história do tempo presente. nº 9, Nov/2010.

SAINT-HILARIE. **Viagem à Província de Goiás**. São Paulo: Edusp, 1975.

SILVA, Martiniano José. Dissertação de mestrado: **Quilombos do Brasil Central: Séculos XVIII e XIX (1719 – 1888). Introdução ao estudo da escravidão**. Goiânia, 1998.

SILVA, Monica Martins da. **As festas populares e a “invenção” das tradições: uma reflexão sobre as cavalhadas e a procissão do fogaréu em Goiás (1940-**

1980). Ano: 2011; Fonte: Patrimônio e Memória - UNESP – FCLAs – CEDAP, v.7, n.1, p. 212-230, jun. 2011 ISSN – 1808–1967

SOUZA, Ana G.R. Tese de doutorado: **Paixões em Cena: A Semana Santa na cidade de Goiás (século XIX)**. Brasília, 2007.

SOUZA, Antônio R. Dissertação de mestrado: **As Irmandades Católicas dos Negros na cidade de Goiás no século XIX**. Goiânia, 2001.

TAMASO, I. Tese de doutorado: **Em nome do patrimônio: representações e apropriações da cultura na cidade de Goiás**. Brasília, 2007.

TAMASO, Izabela. **Festas e procissões da cidade de Goiás: O patrimônio em movimento**. In. Anais do XXVI – Simpósio Nacional de História – ANPUH – São Paulo. p. 1-17. 2011.

UNES, Wolney (Org.). **Goiandira: arte e areia**. Goiânia: ICBC, 2008.

VIANA, Fausto; BASSI, Carolina Rosane. **Traje de cena, traje de folgado**. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2014.

ZARATIM, Samuel Ribeiro. Dissertação de mestrado: **Quadrilhas Juninas em Goiânia: novos sentidos e significados**. Goiânia, 2014.

"**Monumentos na história do município**" em *Só História*. Virtuoso Tecnologia da Informação, 2009-2020. Consultado em 14/07/2020 às 11:18. Disponível na Internet em <http://www.sohistoria.com.br/ef1/organizacoes/p4.php>

QUADRILHA do Capim. Direção de Lázaro Ribeiro. Cidade de Goiás: Museu da Imagem e da Memória, 2012. 1 DVD (9min.37seg)